

Q. f  
Ans G  
fin  
G  
P  
P  
LMA

## Relatório de Gestão e Contas

### 2021 – Nota Prévia

O ano de 2021 continuou com fortes provações institucionais e pessoais decorrentes da persistência da Pandemia de Covid-19 (SARS Cov-2). De facto, foi um ano em que continuamos a nos reinventar, em termos de ligação à comunidade, funcionamento e gestão corrente, para garantir todo um conjunto de resposta que o combate à pandemia exige e, simultaneamente, para garantir que os padrões de referência e qualidade se mantêm.

Não obstante, conseguiu-se o equilíbrio e, volvido mais um ano, voltamos a confirmar o estatuto da Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul (MSPS) como uma instituição de referência na região; como uma instituição inclusiva; como uma instituição que se procura manter moderna e que é feita diariamente pelo reconhecimento dos nossos utentes, suas famílias e comunidade. Reconhecimento reiterado, não só pelos serviços prestados, como por todo um conjunto de valores que preconizamos nas várias respostas sociais e pela dedicação contínua do nosso corpo de colaboradores.

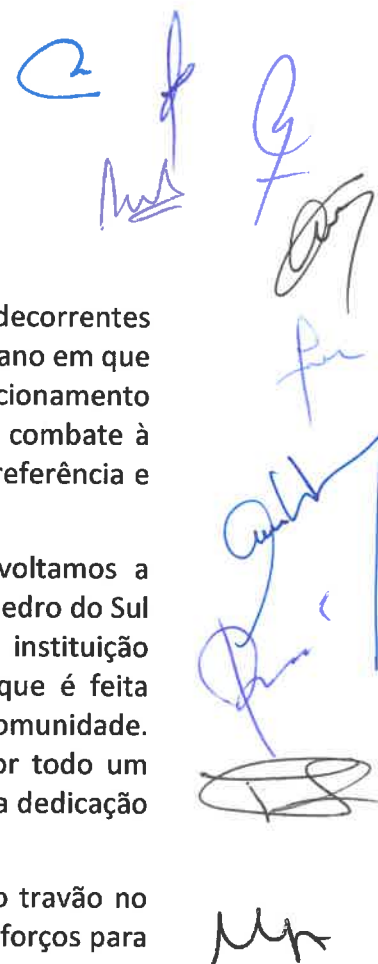
O último ano foi, também, um ano em que nos obrigamos a manter o travão no investimento da requalificação das respostas sociais, para orientar os esforços para as despesas de combate à Covi-19. Compasso de espera sem prejudicar os projetos de requalificação, nomeadamente da ERPI Lar de Grandes Dependentes que prevemos promover a curto prazo e do Hotel Geriátrico.

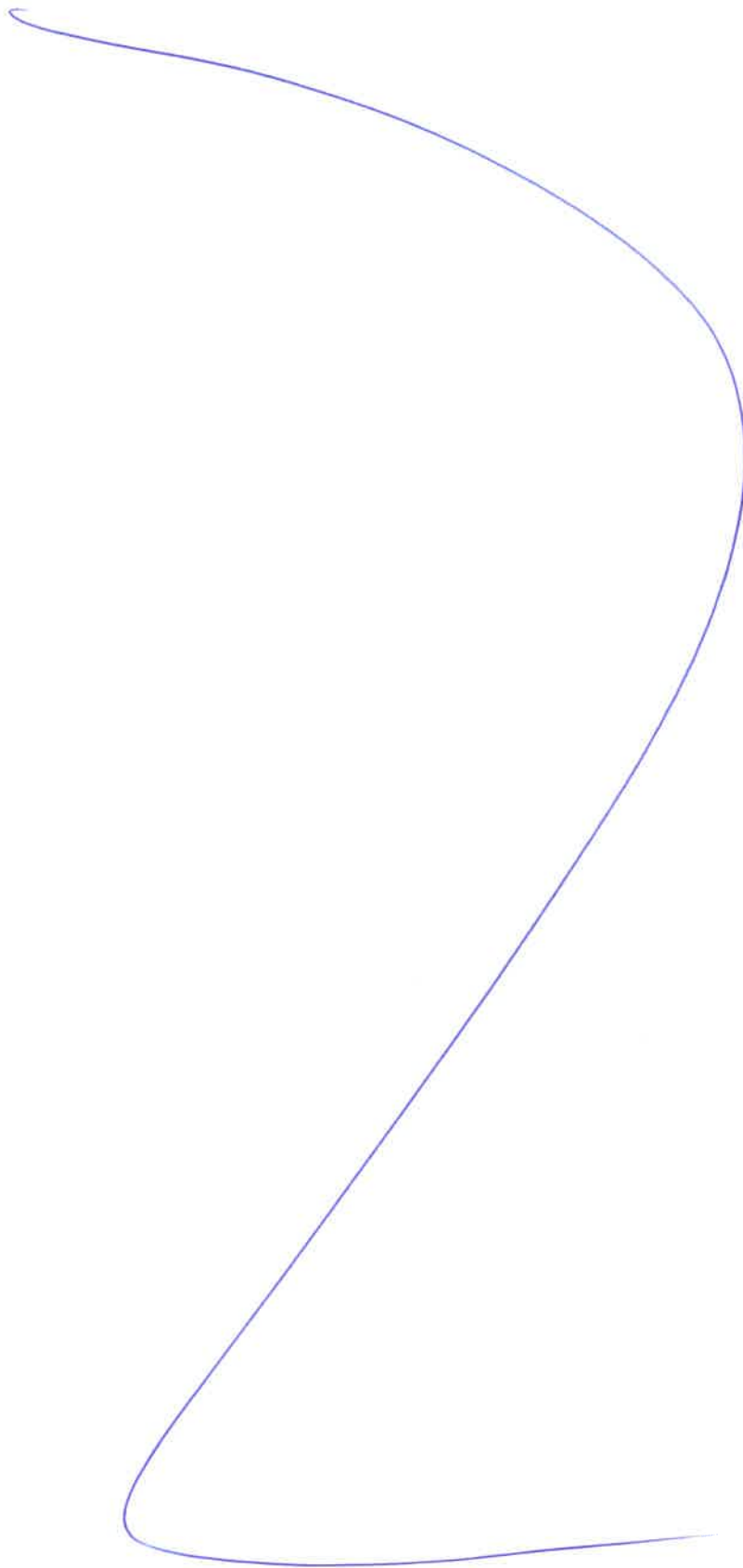
O travão no investimento, a par do acréscimo contínuo do custo com pessoal e à não verificação de alienação de património neste último ano levam ao registo de um resultado líquido positivo de cerca de 111 mil euros.

Por seu lado, o ano de 2021, também veio reforçar a importância do papel social que as instituições da economia social desenvolvem, quer em termos de empregabilidade, quer em termos de suporte social e de apoio à comunidade; bem como continuou a reforçar o alerta sobre os constrangimentos que lhes têm sido colocados pela tutela em termos de compensações financeiras. O apanágio de rigor, transparência e exigência é maior para se manter a qualidade e níveis de serviços espectáveis nas respostas atuais e, simultaneamente, salvaguardar a inexistência de falhas de tesouraria.

Apelando à colaboração contínua de toda a comunidade, continuemos esperançosos, resilientes e continuamente dedicados à Causa Social.

José Fernandes, Provedor





Handwritten initials and symbols in blue ink, including a circle with a dot, a stylized 'P', a stylized 'G', and a stylized 'M'.

A vertical stack of handwritten signatures in blue ink, including a signature that appears to be 'Paulo' and another that appears to be 'Davi'.

Handwritten initials 'MA' in black ink.

**Índice**

INTRODUÇÃO.....	7
MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO.....	8
Mesa da Assembleia Geral.....	8
Mesa Administrativa.....	8
Conselho Fiscal.....	8
Identificação da Entidade.....	8
POLÍTICA DE QUALIDADE.....	9
Missão.....	9
Visão.....	9
Valores.....	9
Objetivos estratégicos - período 2021-2023.....	10
FACTOS RELEVANTES.....	15
1.º Trimestre.....	15
2.º Trimestre.....	16
3.º Trimestre.....	17
4.º Trimestre.....	18
SÍNTESE DE INDICADORES.....	22
1. Evolução do total de gastos.....	22
2. Evolução do total de rendimentos.....	25
3. Evolução do resultado líquido do exercício.....	30
4. Grandes Números da Atividade da MSPS.....	33
5. Mitigação da Pandemia de Covid-19.....	38
6. Sustentabilidade 2021.....	41
7. Eventos subsequentes.....	43
8. Proposta de aplicação de resultados.....	44
NOTA FINAL.....	45
ANEXOS.....	47
Anexo 1 – Relatório de Contas.....	48
Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal.....	90
Anexo 3 – Ata da Assembleia Geral.....	92

Q.  
ms

ms

## Relatório de Gestão e Contas - 2021

### INTRODUÇÃO

A atual Mesa Administrativa, empossada em 11 de janeiro de 2019, no seguimento da Assembleia Geral Eleitoral de 16 de dezembro de 2018, mantém-se fiel à Missão desta Instituição quase bicentenária, não obstante as alterações na estratégia de intervenção definidas ou a definir.

Assim, em conformidade com o estabelecido na Lei e no Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, a Mesa Administrativa vem submeter à apreciação, discussão e votação dos Irmãos, o Relatório de Atividades e as Contas de Exercício de 2021, acompanhado do respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

No presente Relatório estão indicados os principais desenvolvimentos das atividades de exploração da responsabilidade da Mesa Administrativa e, com ele, pretende-se dar conta dos compromissos assumidos em termos de execução dos objetivos estratégicos para 2021 constantes do Plano de Atividades e do Orçamento de Exploração correspondente.

Pela sua relevância e sem prejuízo da consulta do presente Relatório e Contas, destacam-se os seguintes indicadores no ano em referência:

- Cash flow de 298.577,50€;
- Autonomia Financeira de 91,20%;
- Gastos com o pessoal no montante de 2.214.475,86€;
- Subsídios do ISS - Instituto da Segurança Social, IP no montante de 1.913.588,42€;
- Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2021 de 110.606,50€.

Os indicadores de atividade anteriores revelam uma manutenção do RLE em valores positivos, contribuindo para tal a redução de algumas rúbricas de despesa e o acréscimo das participações e subsídios/acordos, bem como da prestação de serviços em determinadas respostas sociais. Fatores positivos que anularam o impacto negativo das medidas de contenção da Covid-19 e o contínuo agravamento dos custos com o pessoal, pelo que registamos uma estabilidade a curto e médio prazo, sustentada e em linha com os resultados de anos anteriores: excedente financeiro líquido da atividade anual (Cash Flow) em valores muito positivos e uma autonomia financeira, em crescimento e superior a 90%.

Abordamos o relatório de contas de 2021 tendo por base a análise dos dados financeiros registados neste ano e nos 4 anos anteriores, com a frieza que os números impõem e com a consciência de que apenas podemos gastar o que seja coberto pelos rendimentos.



**MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO**

Em 31 de dezembro de 2021:

**Mesa da Assembleia Geral**

Presidente – Rui Jorge Ferreira Barros

Vice-Presidente – Maria João Martins Figueiredo Fernandes

Secretária – Paula Cristina Paiva Pinto

**Mesa Administrativa**

Provedor – José da Cruz Fernandes

Vice-Provedor – António Santos Pais

Tesoureiro – António Henrique Pinho Correia Almeida

Secretário – António Fernandes Almeida Pinto

Vogal – Ana Maria Paiva Oliveira

**Conselho Fiscal**

Presidente – Eduardo Rodrigues Silva

Vice-Presidente – Joaquim António Tavares Loureiro

Secretária – Maria João Santos Tavares Jorge

Corpos Gerentes em mandato para o quadriênio 2019-2022, eleitos em Assembleia Geral realizada em 16 de dezembro de 2018.

A mesa da Assembleia Geral foi recomposta em Assembleia Geral de 30 de novembro de 2020, com a eleição de novo secretário face o falecimento de Valentim Francisco Bizarro, anterior secretário.

Atendendo o mandato em vigor, está prevista Assembleia Geral Eleitoral em finais do ano de 2022.

**Identificação da Entidade**

A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS, com o NIPC 501 157 506 e sede na R. da Misericórdia, n.º6 em São Pedro do Sul.



## POLÍTICA DE QUALIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul, abreviadamente designada por Misericórdia, desenvolve e promove um conjunto de respostas sociais, tipificadas e não tipificadas, que acompanham a comunidade ao longo de todo o seu ciclo da vida. Nesta perspetiva, concorre com a sua ação para a implementação das políticas sociais nacionais, para a cooperação interinstitucional e coesão.

Com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos, tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 7 valências tipificadas: ERPI (Estrutura Residencial para Idosos – Casa da Quinta (Lar de Idosos); ERPI Lar de Grandes Dependentes; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia (Casa das Amoreiras); Creche; Pré-escolar; e CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres.

Assim, pretende valorizar a contribuição dos utentes, familiares, colaboradores e de todas as partes interessadas, através de uma intervenção conjunta e multidisciplinar, orientada para a satisfação das necessidades das pessoas idosas, crianças ou elementos da comunidade.

Procura centrar a intervenção na melhoria contínua da reflexão, planeamento e atuação, com vista a atingir os resultados desejados, cumprindo os requisitos legais e regulamentares.

Procura motivar e incentivar os associados a serem parceiros ativos na construção de uma Instituição cada vez mais inclusiva, dinâmica e próxima da comunidade.

### Missão

Ser o instrumento promotor dos valores e atividade das Misericórdias, promovendo a organização de serviços de interesse comum e fomentando os princípios que determinam o espírito solidário da sua ação, estimulando a fraternidade e ajuda ao próximo

### Visão

Ser uma instituição de referência, destacando-se pela qualidade e satisfação nos serviços que presta em prol da cooperação com a Sociedade.

### Valores

A política de qualidade da Misericórdia tem como valores/princípios orientadores:

- Referencial de valores humanistas – porque é importante criar e disponibilizar um serviço humanizado;

- Satisfação dos utentes – porque acreditamos e queremos garantir que o utente está sempre em primeiro lugar;
- Envolvimento – dos colaboradores, irmãos e outros indivíduos/instituições na concretização dos objetivos da Instituição, porque acreditamos no trabalho em equipa;
- Credibilidade – porque garantimos o cumprimento dos requisitos legais e procuramos a melhoria contínua da Instituição;
- Proximidade – porque colocamos paixão, inovação e criatividade nas abordagens e nas respostas;
- Inovação – porque fomentamos um espírito ativo de responsabilidade social e ambiental.

### Objetivos estratégicos - período 2021-2023

No plano estratégico aprovado para o triénio 2021-2023 registamos como uma das principais linhas de força, para o triénio, a condução desta Instituição à sua referência como uma organização de excelência na prestação de serviços; como uma organização de referência na defesa dos direitos de todas as pessoas; e como uma organização de oportunidades para a autodeterminação dos seus utentes.

Igualmente incontornável, neste movimento, consideramos a prossecução da sua missão social de apoiar, reabilitar e incluir, consolidar a sua atuação no público atual e estudar, ponderar e consolidar novas áreas de intervenção.

Do ponto de vista estritamente organizacional, revela-se fundamental iniciar o processo já atrasado de requalificação da ERPI – Lar de Grandes Dependentes, cujo projeto já se encontra em fase de execução (com licenciamento camarário – arquitetura e especialidades, bem como todos os pareceres recolhidos e favoráveis), mas condicionado a enquadramento orçamental em termos de eventual apoio público para a execução das obras (ao abrigo do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, ou outro, atendendo a não aprovação a nível do programa PARES 3.0 por falta de dotação orçamental).

Em relação ao outro grande projeto da Instituição, o Hotel Geriátrico, o mesmo também já se encontra em fase de execução, ou seja, pronto a se lançar o procedimento ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos quer para a empreitada do “Hotel” propriamente dito, quer para a empreitada da clínica laboratorial a instalar numa ala do R/c do edifício. Neste campo, também se avançou com candidatura ao PRR para o Hotel e prevê-se avançar com as obras da clínica no segundo trimestre do ano de 2022.

Não esquecemos, de igual modo, a intervenção parcelar e gradual no edifício da área de infância, por forma a se ir beneficiando o mesmo gradualmente e sem penalizar/agravar a situação financeira desta área social.

Fomentar partilhas de intencionalidades e necessidades, entre todos os envolvidos na instituição é, assim, uma preocupação constante, no sentido de transformar a MSPS numa instituição inclusiva que manifesta, nos atos diários de representação e determinação de todos os envolvidos, a sua missão e valores.

### Objetivos respeitantes aos eixos estratégicos definidos

#### Associativismo:

- Manter o atual nível de associados e, se possível, garantir a angariação de mais associados, rejuvenescendo a sua base associativa, para que os valores corporativos e a visão se expressem na missão da organização.
- Estudar o plano de regalias de associados, eventualmente alargando-o, levando a discussão o mesmo a Assembleia Geral, em linha com uma eventual atualização do valor da quota anual de irmão.

#### Sustentabilidade (financeira):

- Promover a rentabilização dos recursos humanos;
- Diversificar o financiamento, acreditando que as tendências indicam a incontornável necessidade de garantir novas fontes de financiamento regular dos serviços;
- Apresentar candidaturas a projetos nacionais e comunitários para o financiamento de projetos estruturais (investimentos/obras) e projetos de inovação social setoriais;
- Promover o projeto de “Hotel Geriátrico”, tendo acoplado conjunto de prestação de serviços à comunidade, nomeadamente com parceiros comerciais.

#### Pessoas e Serviços:

- Manter a operacionalidade dos acordos de cooperação atuais;
- Estabelecer acordo de cooperação para CD – Centro de Dia;
- Melhorar qualitativamente as condições de habitabilidade e serviço na ERPI – Lar de Grandes Dependentes, pela remodelação do edifício;
- Apostar na qualificação profissional contínua dos colaboradores e disponibilizar ações de natureza formativa a familiares e cuidadores informais.

#### Comunicação:

- Divulgar o desempenho da instituição visando o aumento da sua notoriedade;

- Consolidar a identidade institucional enquanto prestador de serviços de qualidade;
- Divulgar a política de mecenato e patrocínios;
- Reforçar a cobertura wireless na Instituição e a disponibilidade de recurso de contacto por via eletrónica com os utentes, bem como projeto de comunicação digital individualizado, nomeadamente na área de infância.

#### Inovação e desenvolvimento:

- Articular e monitorizar os PI dos utentes e quadros de referência no âmbito da qualidade de vida dos mesmos;
- Manter as atividades de desenvolvimento que promovam a abertura da MSPS, a partilha de saberes e a sua posição a nível regional, bem como participar em iniciativas externas de instituições congéneres e/ou coorganizar atividades interinstitucionais.

#### Objetivos respeitantes ao processo de Certificação da Qualidade dos Serviços

- Validar o processo chave de admissão, acolhimento e gestão do contrato;
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Plano Individual;
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Planeamento e acompanhamento das atividades de desenvolvimento pessoal.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Nutrição e atividades instrumentais da vida quotidiana.
- Revisão e Validação do processo global de SGQ;
- Avaliação de eventual pedido de certificação de qualidade (balanço de custos/benefícios).

A organização e implementação da estratégia, à semelhança do plano anterior, continua assente nos seguintes vetores: estrutura organizacional; alinhamento e articulação entre serviços; desenvolvimento estratégico de Recursos Humanos; desenvolvimento de parcerias; desenvolvimento de novos projetos; controlo da Gestão e Qualidade; e programa de Implementação.

Incute-se, assim, uma rede organizacional num compromisso de liderança consubstanciado na partilha de responsabilidade e uma atuação onde se perspetiva o indivíduo ao longo da vida. O próprio “ciclo da vida” é imagem de marca da instituição, pelo que deve sempre ser salvaguardada a criação de respostas diversificadas de apoio, numa intervenção adequada desde a tenra idade até aos últimos cuidados (muito deles paliativos) em idades mais avançadas.

A Misericórdia é uma instituição onde o objeto de trabalho são as pessoas. É, assim, imprescindível melhorar continuamente as habilidades humanas de todos os elementos, particularmente em algumas áreas como sejam a motivação, a liderança, a comunicação, aspetos técnico-profissionais de geriatria e acompanhamento de crianças, através da formação/especialização, contribuindo para um crescendo de satisfação de todos os colaboradores.

Importa, também, avaliar o crescente peso dos recursos humanos na estrutura de custos da MSPS e a dificuldade de recrutamento sentida na área sénior, trabalhando a forma como divulgamos as ofertas de trabalho e tornamos os postos de trabalho atrativos para os potenciais candidatos.

Em termos de parcerias, é objetivo estratégico fazer parte ativa das comunidades locais, quer através de mecanismos formais (Rede social, protocolos institucionais ou outros), quer através de relacionamentos informais. Tal intervenção consubstancia o carácter participativo e interventivo da MSPS, enquanto organização de múltiplas respostas.

A MSPS deve ser capaz e competente, também, para garantir a sua crescente capacitação de abordagem a questões como o *empowerment* ou empoderamento dos utentes, a autodeterminação e o poder de decisão autorreguladora.

A operacionalização do programa de gestão revela-se, a par do plano e orçamento previsional anual, no planeamento de atividades anual submetido a apreciação e validação pela MA e, conseqüentemente, dos irmãos, colaboradores, utentes, voluntários, parceiros e demais entidades e organismos com os quais haja interligação na atuação corrente da MSPS.

Recolhe-se o contributo, direta ou indiretamente no desenho do programa, de todos os interessados, quer através das sugestões e avaliações que nos fazem chegar (caixa de sugestões; avaliação de satisfação; entre outros), quer porque são chamados a opinar acerca das atuações de futuro. O caminho passa também por incentivar a uma participação cada vez mais alargada.

O ano de 2021 foi, neste campo, ano de arranque do novo plano estratégico (triénio 2021-2023), do qual, em termos gerais, apontamos os seguintes aspetos:

- O plano está a ser promovido com uma mudança de paradigma consolidada: de gestão centralizadora nos anos anteriores a 2014, redefiniu-se a estrutura organizativa, potenciando os vários setores/áreas de atuação da MSPS, numa lógica de partilha de responsabilidades e de assunção das dinâmicas, objetivos e desempenho de cada serviço. Estes passaram a ser discutidos, desenhados e assumidos pelas pessoas diretamente implicadas na gestão dos mesmos.
- Arrancamos novo triénio, também, já com uma melhoria contínua do modelo de funcionamento geral da instituição, a par das regras de funcionamento e formas



de proceder, bem como no reforço do quadro técnico e desenho de nova resposta social conseguidas no triénio anterior.

- Externamente, continuamos a “alimentar” o exercício de transparência, traduzido na partilha e comunicação do que faz e dos projetos institucionais. Refira-se os conteúdos de planeamento, de regulação de serviços, da atividade institucional, que são permanentemente atualizados na internet e a ser comunicados em notas de imprensa, garantindo um acesso alargado e público à informação produzida pela instituição.
- A melhoria das infraestruturas (que ainda decorre e continuará) e o embarcar no desafio da definição de um processo de gestão da qualidade para eventual certificação, ocuparam boa parte da energia e da maturação dos quadros técnicos e não técnicos da MSPS, dedicados a encontrar formas de espelhar a sua atuação, na definição de uma linguagem comum, para objetivos comuns. Está-se a delinear e a “escrever” as formas de fazer, partindo da prática diária dos serviços, da própria cultura organizacional e como resposta às exigências da modernidade do terceiro setor.
- Estamos na fase da maturidade, estando os serviços a promover o auto controle de acordo com a regulação estabelecida e a monitorização permanente permitindo tomar decisões considerando um conhecimento e um maior domínio do todo institucional. Esta maturidade verifica-se, também, pela capacidade atual das equipas para planear, medir resultados e focalizar a sua atenção no utente, nunca deixando de parte a ligação institucional com os corpos gerentes e o próprio envolvimento destes no processo.
- Mas também nos deparamos com desafios adicionais, destacando-se, pelo seu impacto, o atraso na conclusão da definição dos processos do sistema de qualidade, pela falta de tempo útil para as reuniões preparatórias e de desenho dos processos. Desafio que foi muito condicionado por outro desafio que, à data de hoje, ainda persiste: a pandemia Covid-19 que tem levado, nestes últimos dois anos a alteração completa dos hábitos, rotinas e planeamento. Alterações que se manterão, certamente, ainda no decorrer de todo o ano de 2022, pelo menos até à assunção de passagem a endemia.

A 28 de outubro de 2020 foi discutido em reunião de técnicos e proposto para aprovação da Mesa Administrativa o Plano Estratégico para o triénio 2021-2023, o qual foi aprovado em reunião de Mesa Administrativa de 08 de janeiro de 2021.

Documento divulgado/disponível de forma aberta na página internet institucional ([www.mspsul.pt](http://www.mspsul.pt)).

## FACTOS RELEVANTES

Anotemos alguns factos relevantes assinalados no ano em análise e que decorrem do planeamento e prossecução dos objetivos traçados com vista à resposta atual, enquadrada face à legislação e exigências atuais em matéria do complexo de necessidades das gerações atuais.

### 1.º Trimestre

- Procedeu-se à assinatura de acordo de cooperação para as Cantinas Sociais, com prolongamento até 31/12/2021.
- Assinamos, a 04 de janeiro, renovação do acordo de colaboração com o Centro Social da Freguesia de Valadares, ao abrigo das Cantinas Sociais, para o fornecimento de uma refeição diária num agregado familiar nesta freguesia, até 30 de junho.
- A 20 de janeiro foi iniciada a campanha de vacinação contra a Covid-19 na ERPI – Lar de Grandes Dependentes.
- A 22 de fevereiro o projeto “Quando do velho se faz novo, todos ganham. Ganha o planeta”, entrou numa nova fase, exclusiva para donativos às instituições de apoio social selecionadas, nas quais se enquadrou a MSPS. Esta iniciativa do consórcio composto pela Associação de Águas Minerais e de Nascente de Portugal, pela Associação Portuguesa de bebidas Refrescantes Não Alcoólicas (PROBEB) e pela Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), vinha já de 2020 e visava a devolução de garrafas de bebidas em plástico (PET), sendo o local de recolha associado à MSPS o Continente de Viseu.
- Encerramento das respostas sociais de Creche, Pré-escolar, CATL (entre 22/01 e 15/03/2021) e Centro de Dia (entre 20/01 e 05/04/2021), por resolução do Conselho de Ministros, no âmbito da estratégia nacional de combate à pandemia de Covid-19. Foram salvaguardados serviços mínimos em contexto domiciliário para os utentes do Centro de Dia e a orientação de atividades à distância nas valências de infância.
  - A creche da Instituição foi resposta social de referência no concelho para o acolhimento dos filhos ou outros dependentes a cargo de trabalhador considerado essencial (no âmbito da Portaria n.º 25-A/2021, de 29 de janeiro), durante o período de encerramento. Por seu lado, o Pré-escolar e o CATL puderam funcionar, também, mas apenas para as crianças internas enquadradas nesta Portaria.
- Adoção do *Lay off* simplificado para 17 colaboradores do jardim (15 entre 15/02 e 14/03/2021 e 2 entre 01/03 e 14/03/2021) e 1 colaboradora do Centro de Dia (período de 15/03 a 04/04/2021).

Ca. d  
G  
M  
P  
A  
M



- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a renegociação/revisão do contrato de prestação de serviços de manutenção e assistência técnica ao parque informático com a Paginadoze, Lda.
- Cedência de espaço do antigo hospital à Câmara Municipal e ARS – UCC São Pedro do Sul (Unidade de Cuidados na Comunidade), para instalação de Centro concelhio de Vacinação contra a Covid-19.
- A 04/03/2021, procedeu-se à assinatura da adenda ao acordo de cooperação de creche, para o complemento por funcionamento com horário superior a 11 horas diárias, AL 2020/21.
- Concluiu-se a remodelação de um apartamento que detemos no edifício da R. de Anciães (Bloco II – Fração H), em São Pedro do Sul, tendo-se colocado o mesmo no mercado de arrendamento em março.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a consulta de mercado e renegociação/revisão do contrato de prestação de serviços de cópia/impressão do Jardim e Centro de Dia, com a RCV Office.

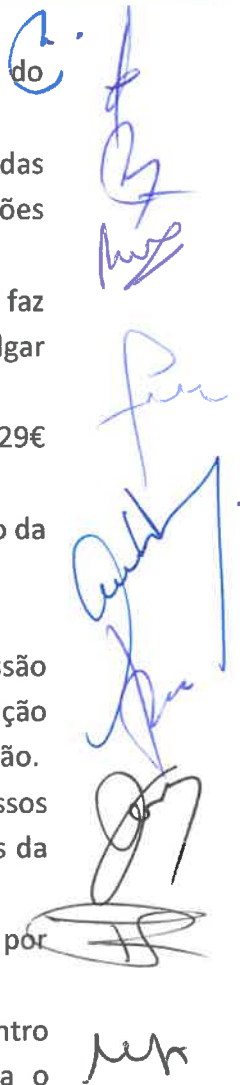
## 2.º Trimestre

- De acordo com novo conhecimento e orientações da DGS, procedeu-se à revisão do Anexo ao Plano de Contingência Covid-19 – Plano de Desconfinamento, a 30 de abril (R4).
- Reabertura das respostas sociais que se encontravam encerradas por resolução governativa, nomeadamente da Creche, Pré-escolar e CATL a 15 de março (exceto crianças do 2.º ciclo do CATL que só puderam retomar a 05 de abril) e o Centro de Dia a 05 de abril.
- Apresentação de candidatura à 2.ª fase do programa “Adaptar Social+” (Reforço) do ISS para a implementação de medidas preventivas e de combate à Covid-19.
  - Candidatura que obteve aprovação com um montante financeiro de 5.814€.
- Apresentação de candidatura ao programa MAREESS para a contratação por via do IEFP de 2 colaboradores da área de infância e 8 da área sénior.
  - Candidatura aprovada, contudo apenas foi possível enquadrar 9, sendo que, destes, apenas 7 concluíram o prazo inicial da medida.
  - O programa considerou um apoio financeiro mensal de 636,28€ por colaborador.
- Fomos selecionados, em abril, para participar no projeto “Grupos de Ajuda Mútua”, iniciativa da Sic Esperança, com vista a contribuir para a boa saúde mental dos profissionais do 3.º Setor, com a participação de 2 colaboradores.
- Concluiu-se a remodelação de um apartamento que detemos no edifício da Av. Sá Carneiro (Bloco III – Fração G), em São Pedro do Sul, tendo-se colocado o mesmo no mercado de arrendamento em abril.

- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a revisão do contrato de fornecimento de gás ao Centro de Dia, com a GALP.
- Na Assembleia Geral de 29 de maio, foi deliberado proceder-se à atualização das quotas de irmão para o valor de 12€ anuais, aplicáveis para as novas admissões no ano e na quota de 2022 nos atuais irmãos.
- Em maio encerrou a componente social do projeto “Quando do velho se faz novo, todos ganham. Ganha o planeta”, sendo que a MSPS continuou a divulgar a componente ambiental para a devolução de garrafas PET.
  - Com a campanha conseguiu-se um donativo acumulado de 5.338,29€ (mais do dobro da média nacional).
- Apresentação de candidatura ao apoio previsto na “Medida de Compensação da Atualização do Salário Mínimo Nacional” junto do IAPMEI.
  - Candidatura aprovada em agosto no montante de 3.675,75€.
- Assinalamos a 13 de junho o dia do padroeiro não com a tradicional procissão entre a capela de S. António e a sede da Instituição, mas com uma celebração eucarística dinamizada na Capela de S. António e transmitida para a instituição.
- Início da implementação do projeto de desmaterialização processual (processos individuais e comunicação com os Encarregados de Educação) nas valências da área de infância, com a disponibilização do aplicativo “Educabiz”.
- Apresentado à Segurança Social o pedido de renovação da comparticipação por funcionamento em horário alargado – creche, para o ano letivo 2021/22.
- Assinamos, a 28 de junho, renovação do acordo de colaboração com o Centro Social da Freguesia de Valadares, ao abrigo das Cantinas Sociais, para o fornecimento de uma refeição diária num agregado familiar nesta freguesia, durante o segundo semestre do ano.

### 3.º Trimestre

- De acordo com novo conhecimento e orientações da DGS, procedeu-se à revisão do Anexo ao Plano de Contingência Covid-19 – Plano de Desconfinamento, a 01 de julho (R5).
- A 20 e 22 de julho foi realizada visita de acompanhamento técnico às respostas sociais de Creche, Pré-escolar e CATL, pelo NRS do Centro Distrital de Viseu – Segurança Social, tendo a mesma relatado um funcionamento adequado.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a revisão do contrato de prestação de serviços de TIM – Técnico de Instalações e Manutenção / Gestor Energético detido com a Enerqai, passando a englobar também o edifício da área de infância.
- Em setembro procedeu-se a alteração do contrato de arrendamento para fins não habitacionais da fração “C” do prédio da Av. Dr. Sá Carneiro (Pastelaria), atendendo o trespasse do negócio do anterior inquilino.



- A 03 de setembro foi realizada visita de acompanhamento técnico às respostas sociais de Centro de Dia – Casa das Amoreiras, ERPI Casa da Quinta, ERPI Lar de Grandes Dependentes e SAD, pelo NRS do Centro Distrital de Viseu – Segurança Social, tendo a mesma relatado um funcionamento adequado.
- Apresentação de candidatura ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, nomeadamente à “Mobilidade Verde”, para a aquisição de uma viatura ligeira de passageiros para o SAD (Medida RE-C03-101 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, T0 1.1 – Mobilidade Verde).
  - A candidatura foi aprovada em dezembro, com apoio previsto de 25.000€ a concretizar-se em 2022, após processo de aquisição ao abrigo do CCP.

#### 4.º Trimestre

- Apresentamos candidatura à prorrogação do MAREESS (5 beneficiários) e ao Prémio Emprego pela celebração de contrato de trabalho sem termo aos beneficiários MAREESS, findo o projeto (em inclusão 2 elementos).
- Em outubro, em articulação com a UCC, procedemos à administração alargada da vacina da Gripe a utentes das ERPI e colaboradores da MSPS. Iniciamos, de igual modo, a administração da dose de reforço da vacina contra a Covid-19 junto dos utentes das ERPI.
- Substituímos equipamento obsoleto, nomeadamente máquina de lavar roupa da lavandaria geral e forno do jardim, bem como lançamos processo de concurso para aquisição de calandra industrial para a lavandaria, cuja entrega se prevê para início de 2022.
- Foi aprovada a candidatura ao apoio à Creche por funcionamento em horário alargado, ano letivo 2021/22, e assinada a respetiva adenda ao protocolo de cooperação com a Segurança Social.
- Foi submetida candidatura ao PROCOOP para novo acordo de cooperação, a estabelecer para a resposta social de Centro de Dia.
- Em novembro, em articulação com a UCC, demos início à administração da dose de reforço da vacina contra a Covid-19 junto dos colaboradores.
- Foi assinado novo protocolo comercial com a Farmácia Arminda Silva / Farmácia Elvira Coelho, prevendo descontos comerciais para os colaboradores, utentes e irmãos da Misericórdia, na aquisição de vacinas, medicamentos e outros produtos, bem como em consultas de nutrição e osteopatia.
- Rececionados parecer favorável do GAT do Centro Distrital de Viseu (ISS), no tocante às alterações solicitadas ao projeto do Hotel Geriátrico.
- Rececionamos a 13 de dezembro notificação de intenção de indeferimento da candidatura ao PARES 3.0, para a remodelação da ERPI – Lar de Grandes Dependentes, com fundamento de falta de dotação orçamental.

- Encerramento das respostas sociais de Creche, Pré-escolar, CATL (entre 27/12/2021 e 09/01/2022), por resolução do Conselho de Ministros, no âmbito da estratégia nacional de combate à pandemia de Covid-19.
  - A creche da Instituição foi resposta social de referência no concelho para o acolhimento dos filhos ou outros dependentes a cargo de trabalhador considerado essencial (no âmbito da Portaria n.º 25-A/2021, de 29 de janeiro), durante o período de encerramento. Por seu lado, o Pré-escolar e o CATL puderam funcionar, também, mas apenas para as crianças internas enquadradas nesta Portaria.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a renegociação/renovação do contrato de prestação de serviços de SHST – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho com a Ambiformed, Lda.

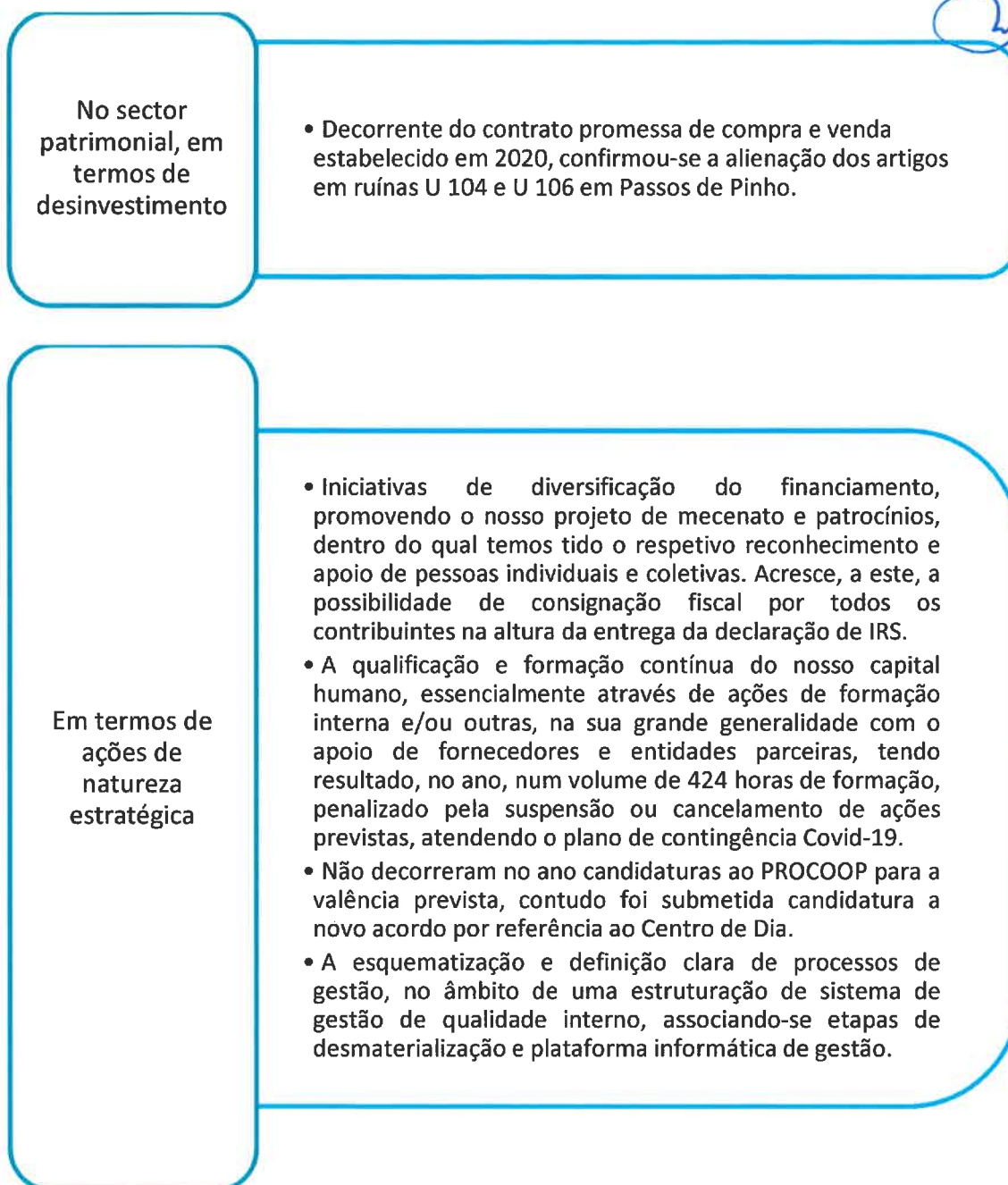
Durante o ano de 2021 foram promovidas diligências junto do representante do cabeça de casal da herança de Maria Branca Santos (concretizada em 2019), no sentido de desbloqueio da partilha da verba da herança em depósito na Caixa Geral de Depósitos, sem sucesso. Está previsto uma última diligência no início de 2022 e, se infrutífera, recorrer-se-á a inventário judicial.

Esta aplicação financeira está tratada como um ativo contingente cuja movimentação só é possível de ser concretizada em exercício seguinte.

Conjugando estes factos relevantes com os objetivos traçados para o ano em questão, no respetivo Plano de Atividades de Gestão, fazemos o seguinte balanço.

No sector patrimonial, em termos de investimento

- Foram remodelados dois apartamentos, tendo-se colocado os mesmos para arrendamento e iniciou-se a remodelação de um terceiro.
- Acertou-se parceria comercial para a instalação de clínica laboratorial em parte do edifício do antigo hospital, sendo que está previsto o lançamento de procedimento ao abrigo do CCP para esta divisão em final do 1.º trimestre de 2022.
- Não se procedeu ao lançamento do concurso público para as obras na ERPI Lar de Grandes Dependentes, atendendo a não aprovação do apoio público ao abrigo do PARES 3.0.
- Atendendo as restrições orçamentais face à incerteza da evolução pandémica, não foi colocado o sistema de refrigeração na área administrativa/pública comum, cancelando-se esta intenção.

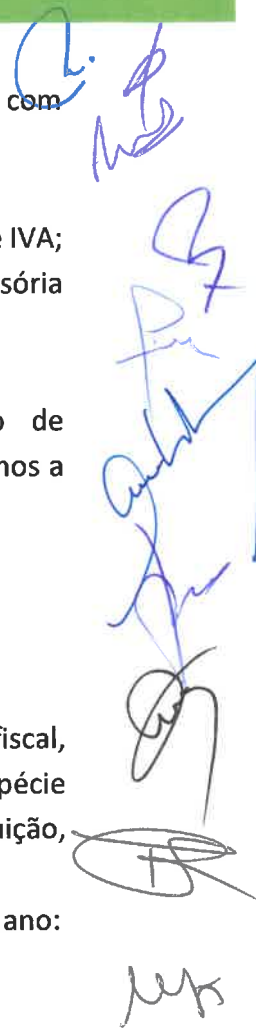


Em termos de organização administrativa e financeira, apontamos ainda as seguintes notas:

- Manutenção de um quadro estável de recursos humanos, tendo-se procedido ao recrutamento de acordo com as necessidades de reforço e/ou substituição de colaboradores, integrando no mesmo as direções técnicas, técnicos especializados, pessoal administrativo e pessoal auxiliar.
- Manutenção, em regime de prestação de serviços, do contrato estabelecido com as médicas, capelão e canalizador.



- Manutenção, em regime de prestação de serviços, do contrato estabelecido com o Contabilista Certificado (CC) e com o Revisor Oficial de Contas (ROC).
- Patrocínio jurídico (processos em curso) com:
  - Miranda, Barreto & Associados, SP, RL – processo AT, reclamação de IVA;
  - Luís Loureiro, João Gomes e Associados – Advogados, SP RL – acessória jurídica;
  - João Martins – processo Projeconstroi e José Almeida.
- Em termos de instituições bancárias de referência, sem prejuízo de levantamento de condições comerciais junto de outras entidades, mantemos a relação comercial com:
  - Crédito Agrícola;
  - Caixa Geral de Depósitos;
  - Novo Banco;
  - Banco Montepio.
- Reforço das iniciativas no âmbito da responsabilidade social, consignação fiscal, do mecenato e do patrocínio, para assegurar o apoio financeiro e/ou em espécie (bens/serviços) de modo a viabilizar a sustentabilidade da Instituição, enquadrando-se, por exemplo, iniciativas de angariação de fundos.
- Quadro associativo estável com registo da seguinte evolução de irmãos no ano:
  - N.º de irmãos ativos a 31/12/2020: 645.
  - N.º de irmãos admitidos: 13.
  - N.º de irmãos cancelados (por falecimento, pedido do próprio ou exclusão nos termos dos Estatutos): 61.
  - N.º de irmãos ativos a 31/12/2021: 597.
- Promoção de canais de informação e divulgação das atividades institucionais: página de internet, página de Facebook, placards informativos internos, revista “Caminho no Tempo”, *newsletters*, notas de imprensa.

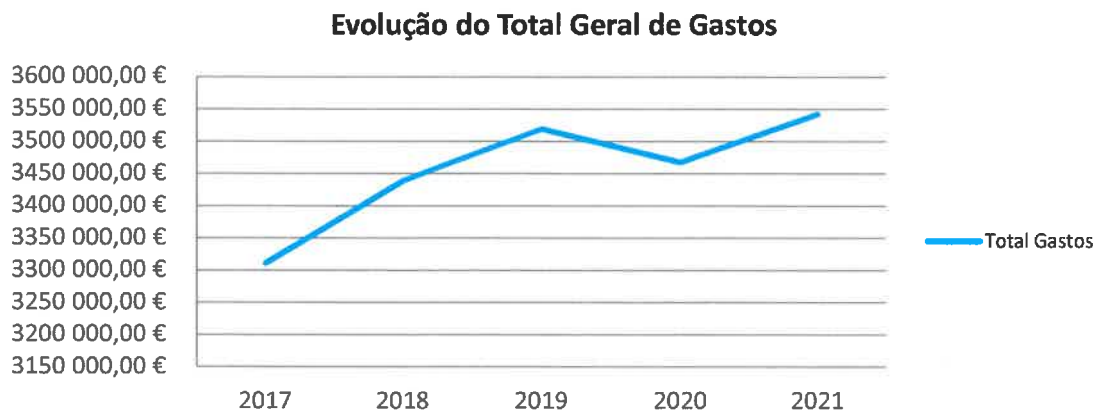


## SÍNTESE DE INDICADORES

Congreguemos uma análise geral dos indicadores globais e a respetiva evolução nos últimos 5 anos.

### 1. Evolução do total de gastos

O volume de gastos correntes foi em 2021 de 3,54 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 2,15% face ao ano anterior.



Destacamos, ainda e devido ao seu forte impacto contabilístico, os seguintes indicadores: agravamento (já esperado no orçamento) dos gastos com o pessoal (2,01%), motivado pela atualização progressiva da RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida e respetivos Encargos Sociais; agravamento dos encargos com FSE – Fornecimento de Serviços Externos (6,81%); a atenuação das depreciações e amortizações (-7,27%); redução das perdas por imparidade (-77,82%); e redução de outros gastos e perdas (-9,08%).

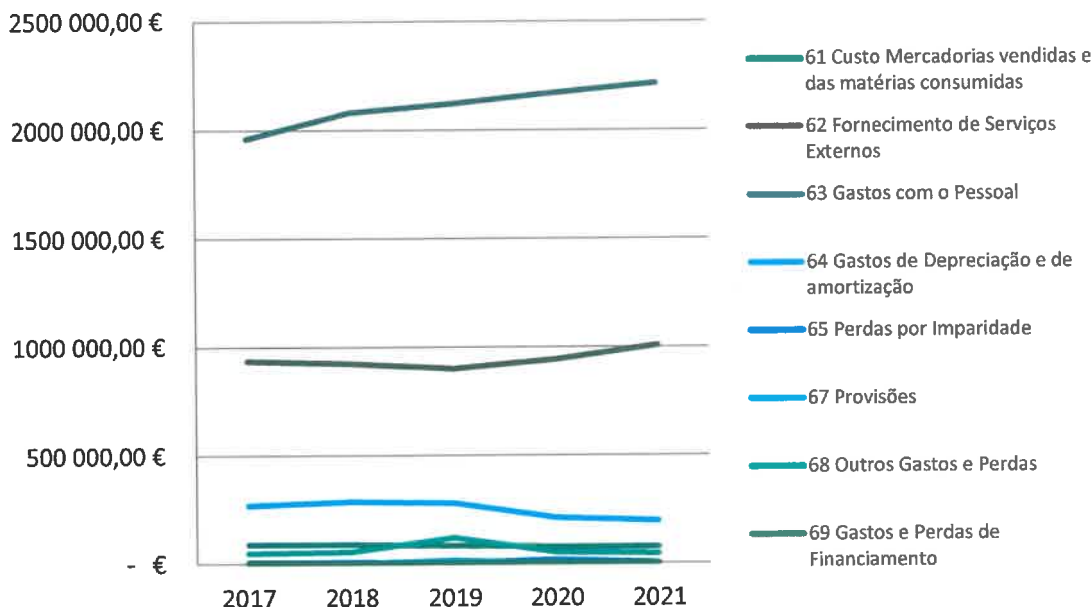
Reforce-se que, de forma geral, a estrutura de gastos está estável ou em decréscimo, sendo que o agravamento de gastos registado se prende essencialmente com a evolução espectacular dos encargos com pessoal e a manutenção das despesas extraordinárias associadas ao material e equipamento de combate à Covid-19. De facto, neste período de 2017 a 2021, a RMMG passou de 557€ para 665€ e a TSU de 22 para 22,3% (mudança em 2017). Esta progressão da RMMG representa uma subida de 19,81% cujo impacto está a equilibrar-se pela redução de outros gastos ou acréscimo de rendimentos. Por seu lado, o impacto das despesas de combate à Covid-19 (luvas, máscaras, termómetros, soluções desinfetantes, aventais, fatos, etc.) é, em termos relativos, de 61.608,90€ (custos que a nível de compras desceram 13,02% face aos 70.832.99€ registados em 2020, muito devido à estabilização de preços).

Da totalidade dos gastos, os encargos com pessoal, em linha com o crescimento de 2021, têm também uma representação superior no total de custos (descem ligeiramente mas, mesmo assim, representam 62,52%). Destaca-se, ainda e como grande rúbrica de

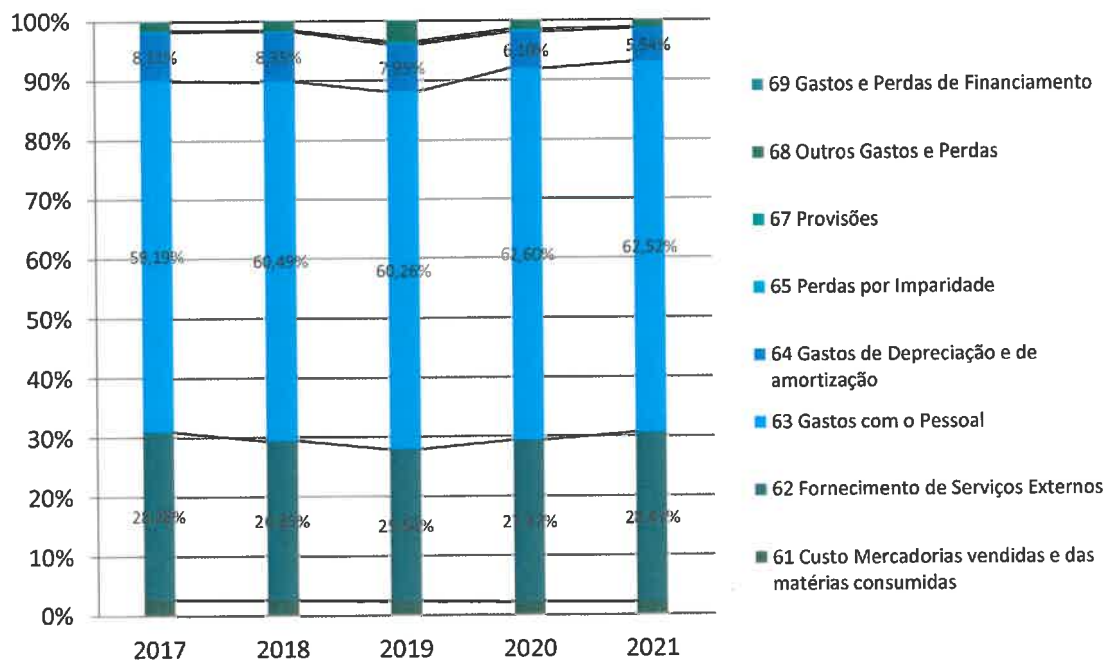


gastos, o FSE – Fornecimento de Serviços Externos, cujo peso percentual sobe para 28,41% no mesmo ano.

**Evolução dos totais de Gastos por tipo**

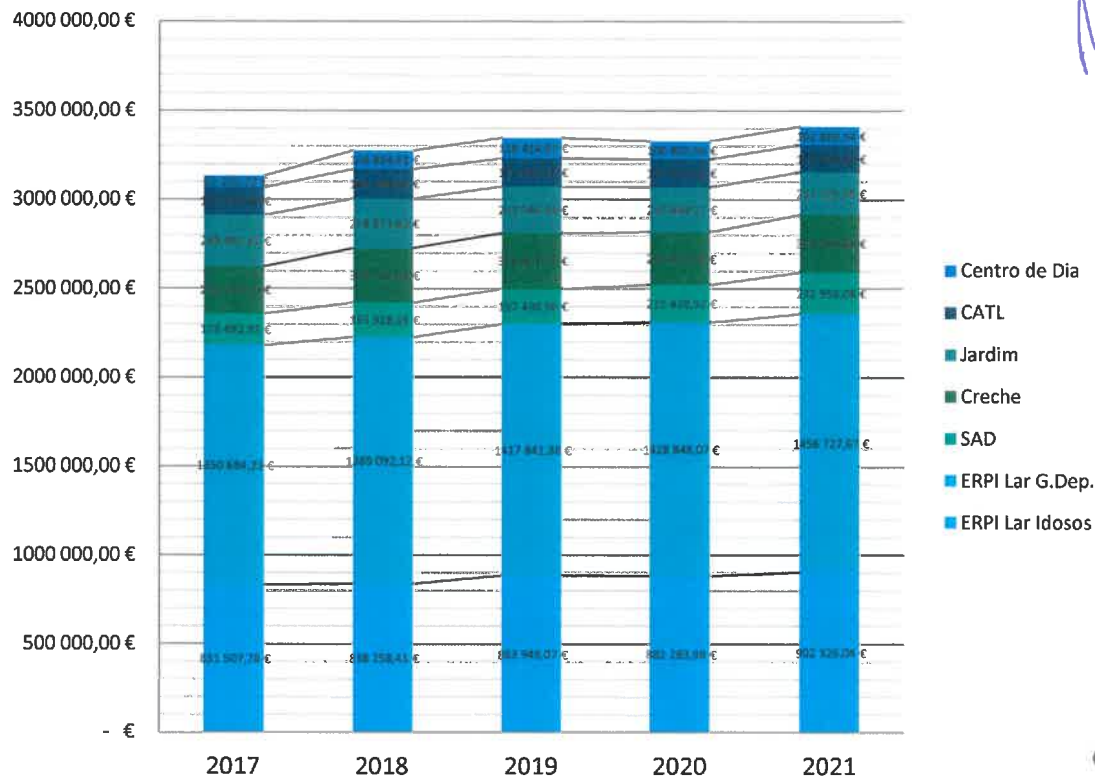


**Evolução do Peso Percentual de Gastos e Perdas**



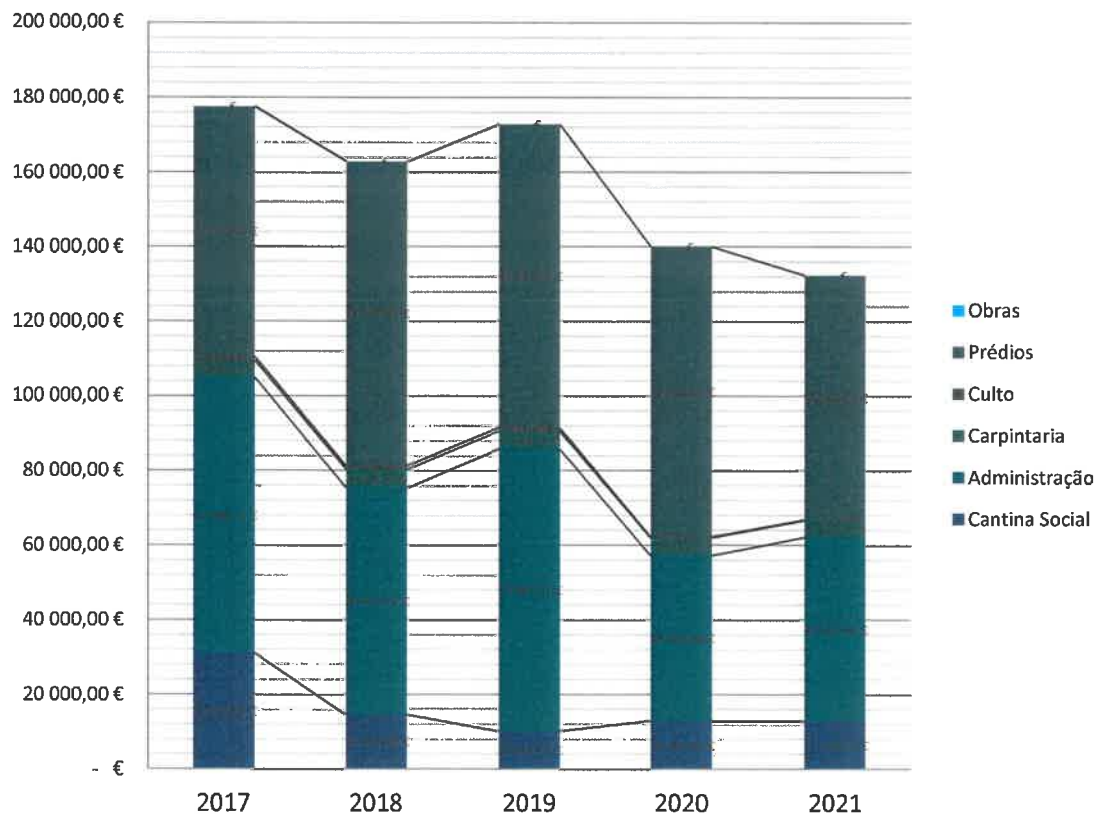
A distribuição dos gastos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 76% dos gastos (mantém peso percentual) e cuja fatia maior corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 41% do total.

**Evolução do Total de Gastos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas**



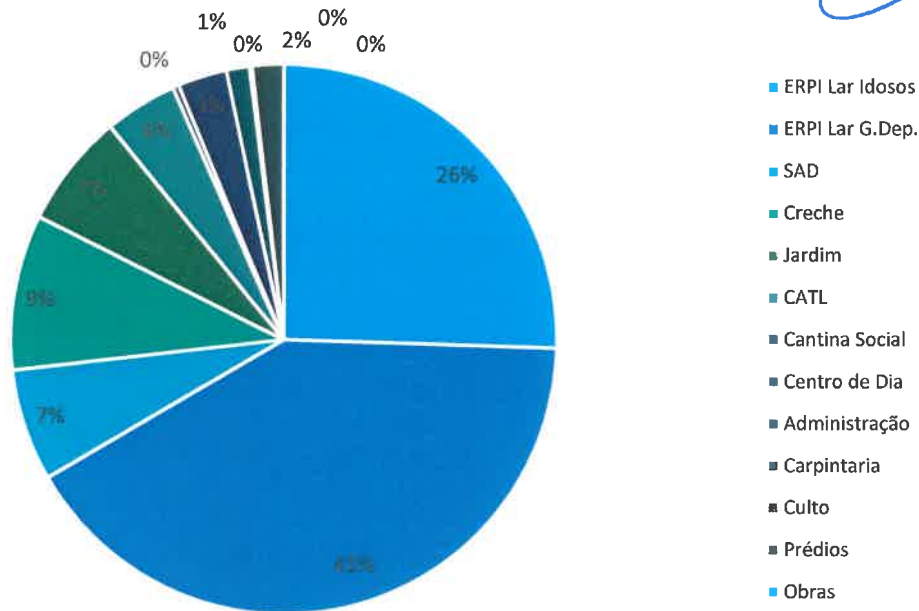
*Ca. 9*  
*Ass. B*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

**Evolução do Total de Gastos por Valência - outras áreas**



*[Handwritten signature]*

**Distribuição percentual dos Gastos por Resposta Social - 2021**

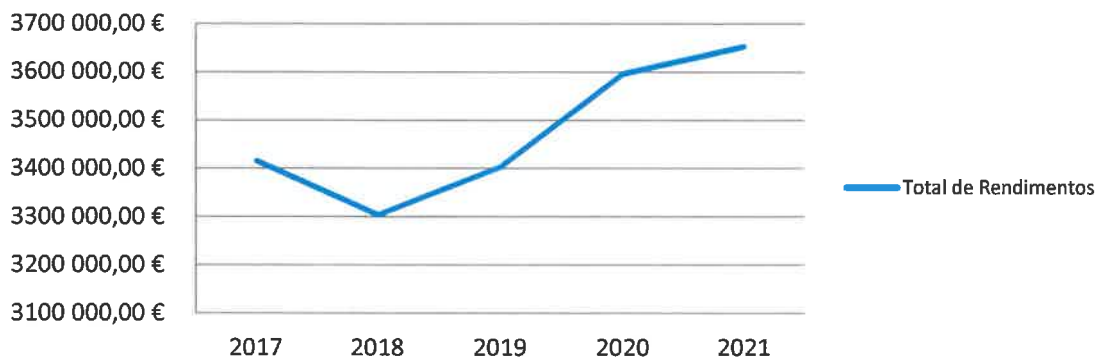


*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**2. Evolução do total de rendimentos**

Considerando, por seu lado, o outro prato da balança, os rendimentos, registamos um volume de receitas correntes de cerca de 3,7 milhões de euros em 2021, o que representa um acréscimo de 1,58% face ao ano anterior.

**Evolução do Total Geral de Rendimentos**

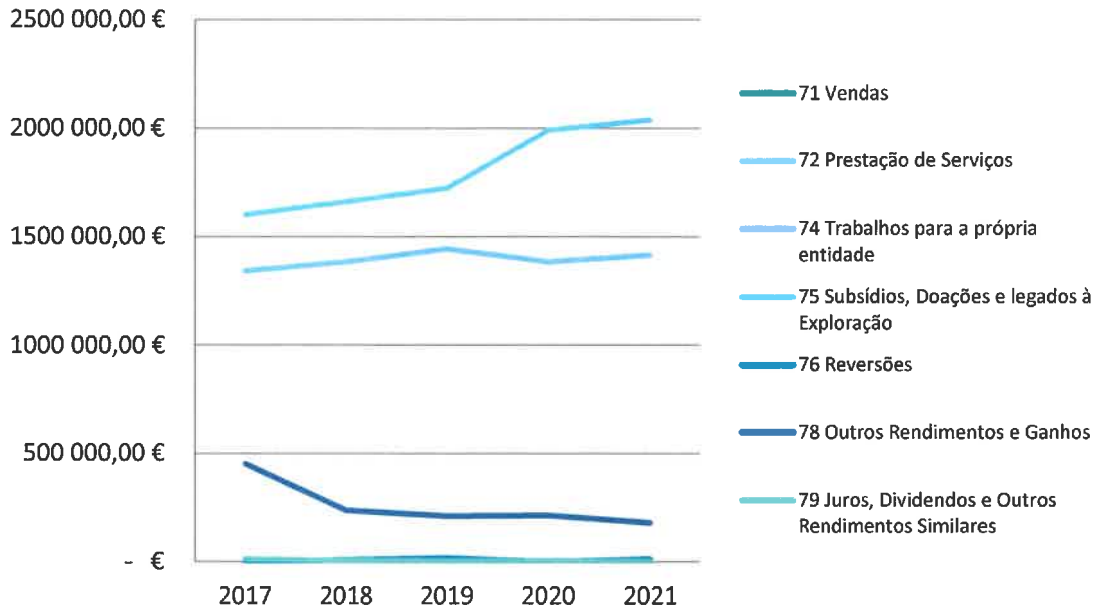


*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

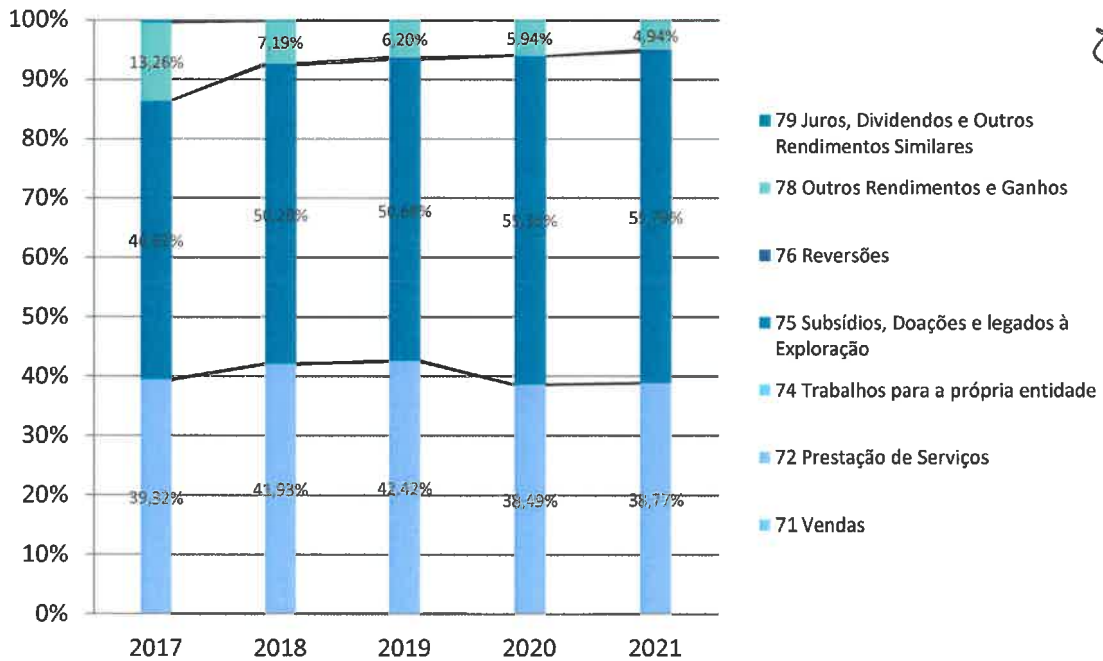
Discriminando a estrutura dos rendimentos, verificamos uma preponderância dos subsídios, doações e legados à exploração, em continuidade de processo de recuperação no ano de 2021, com uma quota de 55,79% (+0,43 pontos percentuais) do total de rendimentos no ano, o que representa um crescimento de 2,36% destes rendimentos face ao ano anterior.

Segue-se a prestação de serviços (comparticipações diretas dos utentes/familiares), com 38,77% em 2021 traduzindo um crescimento de 2,36% face ao ano anterior, mesmo com o encerramento temporário de valências por decisão da tutela (Covid-19).

**Evolução dos totais de Rendimentos por tipo**



**Evolução do Peso Percentual de Rendimentos**



Destaca-se ainda o decréscimo de 15,63% nos “Outros rendimentos e ganhos”, justificável pelo registo de legado no ano anterior ao do exercício em análise, bem como a redução de 27,78% dos “juros, dividendos e outros rendimentos similares”, penalizada pela descida contínua das taxas de juro, as quais, em termos absolutos, representam cerca de menos 10.680,34€ por comparação a 2017 (valor atual cifra-se em 1.787,07€).

Nota genérica, ainda, para a evolução, dentro da rubrica de “Subsídios, doações e legados à exploração”, à componente exclusiva dos subsídios do ISS (comparticipações ao abrigo dos acordos de cooperação – entidade de tutela). Esta tem registado um

*Handwritten signatures and notes in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.*

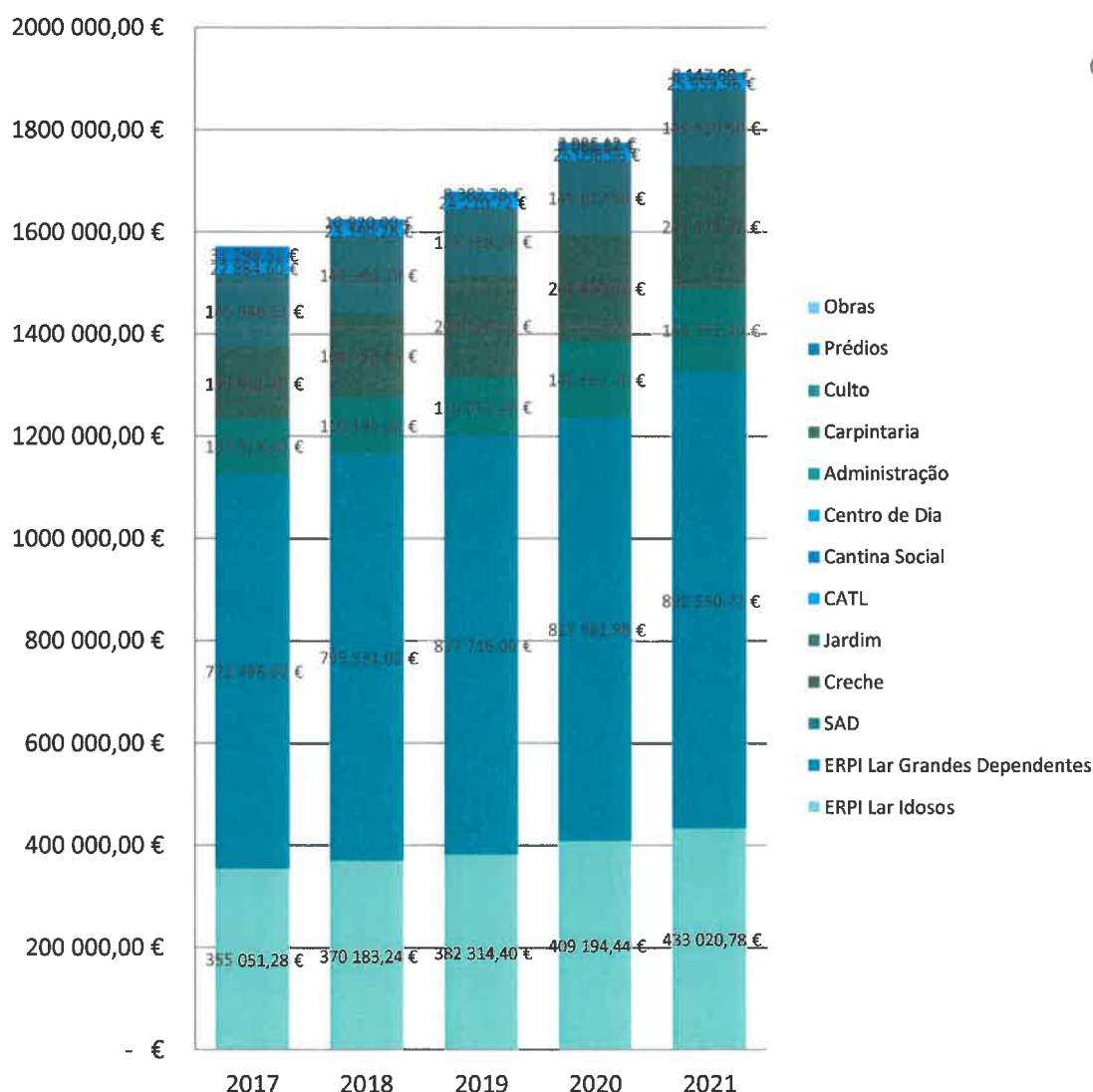
crescimento contínuo desde 2017, atendendo o impacto da revisão do acordo de cooperação da creche (inclusão de mais 15 crianças em acordo); da atribuição do complemento por funcionamento em horário alargado também na creche; da revisão do acordo de cooperação de SAD (reestruturação das percentagens e inclusão de mais 10 utentes); e da atualização anual dos acordos de cooperação.

Os fatores anteriores, conjugados, representam um acréscimo de 7,69% destes proveitos de 2020 para 2021.

Em termos de peso desta componente específica, por relação ao total de rendimentos, registamos uma estabilização entre 2018 e 2020 em pouco mais de 49%, e uma subida em 2021, com passagem para uma fatia maioritária de 52,35% do total de rendimentos e um montante de 1.912.297,42€. Montante que contempla a componente de compensação salarial do Ministério da Educação no Pré-escolar e o apoio associado à candidatura ao programa “Adaptar Social+” (incluindo o reforço – refletido nas ERPI).

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'G', 'F', and 'M']*

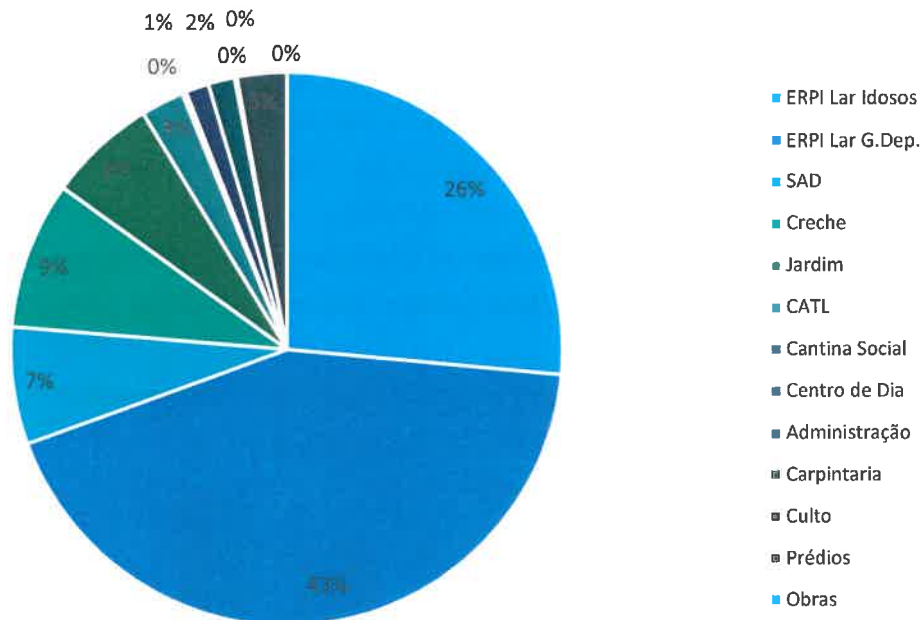
**Evolução dos Subsídios do ISS (Comparticipações)**





A distribuição dos rendimentos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 77% dos rendimentos e cuja fatia maior, à semelhança da distribuição dos gastos, corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 43% do total.

**Distribuição percentual dos Rendimentos por Resposta Social - 2021**

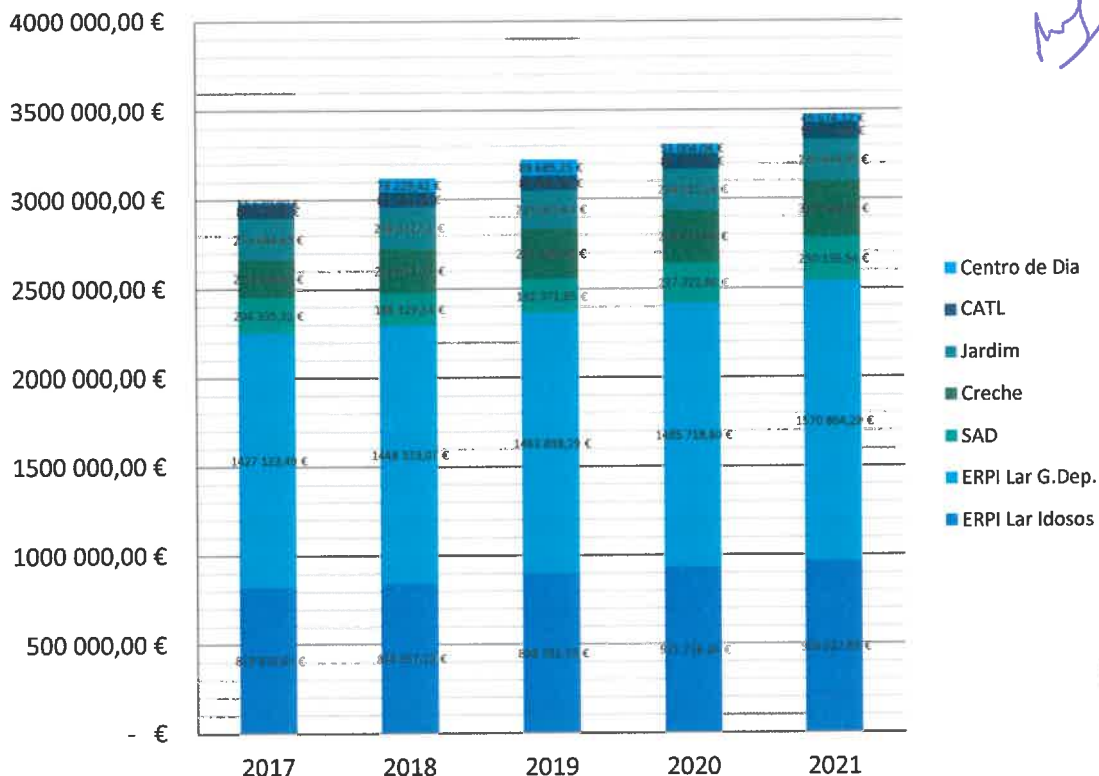


Pela positiva, destaca-se um crescimento generalizado dos rendimentos nas respostas sociais tipificadas, destacando-se o crescimento na área sénior de 10,04% dos rendimentos no SAD, face ao descrito já anteriormente; na área de infância, o crescimento de 8,62% dos rendimentos na creche e 7,86% no CATL; e na comunidade, o crescimento de 15,24% dos rendimentos da Cantina Social, pela regularização de parte dos pagamentos associados ao POAPMC (programa de apoio alimentar).

Pela negativa, também de acordo com o já descrito (longo período de encerramento no ano por decisão governativa face à pandemia Covid-19), temos uma redução de 6,28% no Centro de Dia, o que prejudicou substancialmente a consolidação desta resposta social, estando atualmente a mesma em novo processo de recuperação de utentes. Destaque, também e nas respostas sociais tipificadas, para a redução em 1,72% de rendimentos no Pré-escolar, muito associado à diminuição do número de crianças, com maior enfoque no ano letivo 2021/22, ou seja, a partir de setembro de 2021.

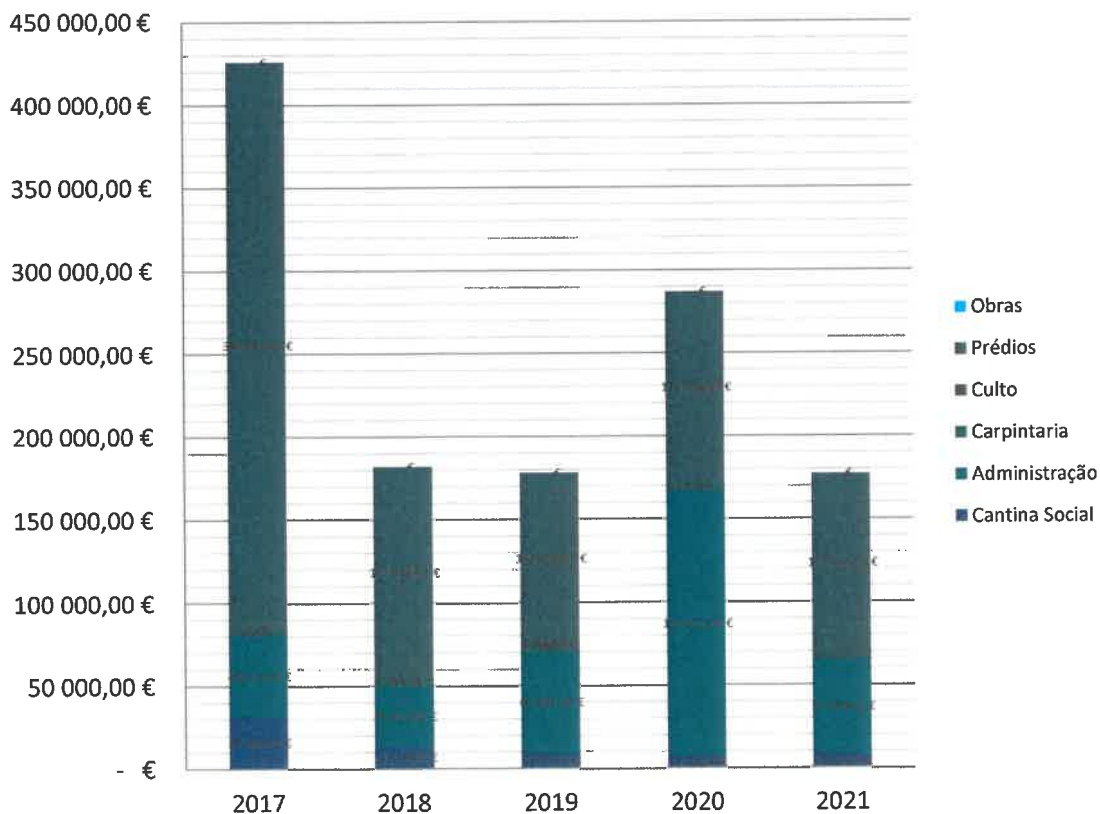
Refira-se, ainda, a redução 64,32% de rendimentos na Administração, essencialmente pela anulação do efeito da concretização em 2020 da herança contingente de 2019 e a redução de 6,62% nos Prédios, decorrente do fim de contratos de arrendamento e início de obras, bem como da não verificação de alienações de imóveis.

**Evolução do Total de Rendimentos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas**



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'C. de', 'M. J.', 'G.', and 'M. J.' at the bottom.*

**Evolução do Total de Rendimentos por Valência - Outras áreas**





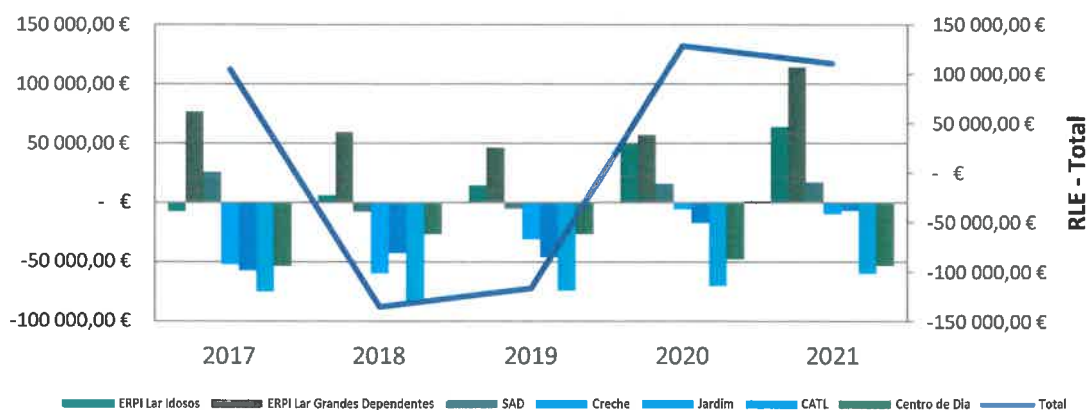
### 3. Evolução do resultado líquido do exercício

Ponderando a evolução global dos gastos e rendimentos, registamos uma base histórica no período 2017-2021 de rendimentos superiores aos gastos, refletindo resultados globais líquidos de exercício positivos, à exceção dos anos 2018/19, pelo que finalizamos 2021, atendendo a redução sustentada das alienações desde 2017 (RL dos prédios caiu 84,66% desde esse ano) e o acréscimo de gastos com recursos humanos (subiram 13,01% no mesmo período), com um resultado líquido do exercício positivo de 110.606,50€.

Destacamos, ainda, que para este resultado contribui um desempenho de recuperação generalizada das várias valências, excetuando-se o Centro de Dia fruto dos condicionalismos inerentes: inexistência de acordo de cooperação e encerramento prolongado face à Covid-19. Particularizando, destacamos o impacto positivo contínuo das iniciativas de gestão adotadas desde 2017 na área de infância, as quais continuam a refletir um caminho de recuperação e estabilização (em 2021 registou uma recuperação de 18,24%, tendo-se terminado o ano com um resultado de 76 mil euros de prejuízo (recuperação de 17.014€ face a 2020), o melhor resultado do período.

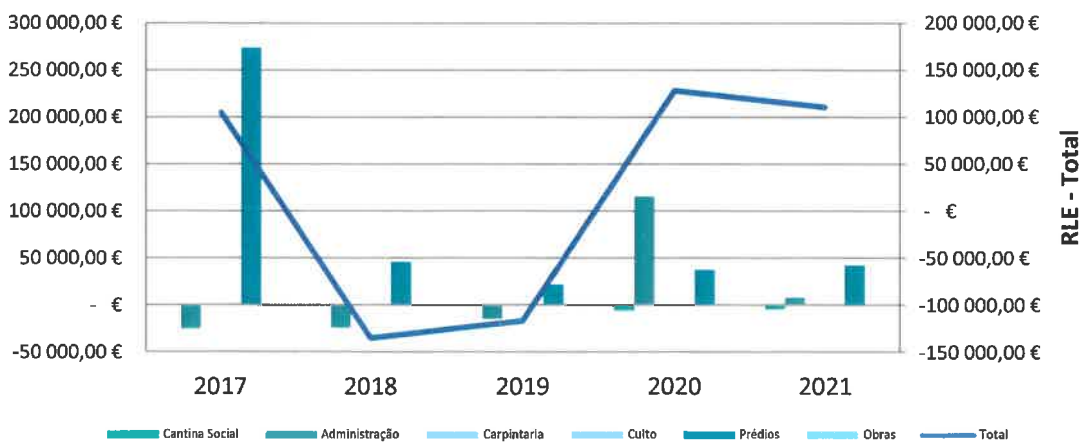
*Handwritten notes and signatures in blue ink, including initials 'Ca.' and several full signatures.*

**Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Respostas Sociais Tipificadas**



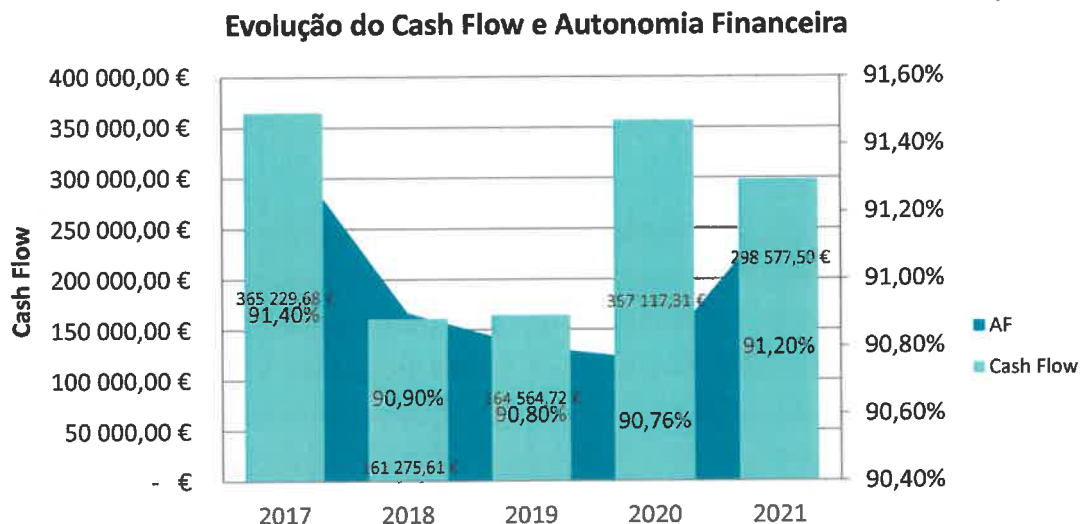
*Handwritten signature in blue ink.*

**Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Outras áreas**



Anulando-se o efeito das depreciações e amortizações, que continuam em queda (desceram 7,27% em 2021), o resultado líquido passaria para valores na ordem dos 307 mil euros, o que reflete também o seu peso, atualmente de 5,54%, no total de gastos e, conseqüentemente, o seu contributo para o resultado líquido anual.

Por esta ordem de razão, com o ligeiro acréscimo dos gastos (mesmo com o desagramento de algumas rúbricas) e a compensação dos rendimentos (em menor escala), registamos uma descida do excedente financeiro líquido da atividade (*cash flow*) para 298.577,50€. Menos 16,39% que o registado em 2020.



Obs.: A partir de 2018 passou também a considerar-se as variações de provisões/imparidades no cálculo do Cash Flow (CF=Resultados antes de impostos + depreciações + variação provisões + variação imparidades).

Por seu lado, em relação à autonomia financeira (determinação da proporção dos ativos que são financiados com capital próprio), registamos um acréscimo ligeiro de 0,44 pontos percentuais, pelo que se mantém em valores estáveis e superiores a 90% (91,2%).

Indicadores que, não obstante a cautela que se deve ter face ao resultado líquido e à necessidade de medidas de recuperação de algumas valências, a par do impacto na economia nacional que as medidas de combate à pandemia Covid-19 poderá trazer por associação, revelam uma boa estabilidade financeira desta Misericórdia.

Reforça-se que, a nível da infância, não obstante o resultado líquido do exercício se cifrar em valores negativos nas várias respostas sociais que integram esta área, não se descurou os investimentos necessários em termos de manutenção do edificado e aquisição de equipamento de suporte a todas as dinâmicas pedagógicas. Apesar da contenção de custos, continuamos a reforçar a nossa posição de prestação de um serviço de qualidade e propiciador de uma socialização e aprendizagem reconhecida

pelos pais e encarregados de educação que nos depositam a confiança de cuidar dos seus educandos.

Reconhecemos, apesar dos resultados financeiros, que somos uma das poucas respostas na área de infância no concelho/região a nível da creche e pré-escolar a funcionar em horário alargado. Por sua vez, a nível do CATL, já há respostas à necessidade de ocupação dos tempos livres das crianças nos períodos de férias escolares e pós horário letivo durante o período letivo, promovidas pelo Município (com regras de funcionamento totalmente dispare das associadas aos CATL e respetivas condições financeiras de frequência), o que poderá significar uma preocupação adicional de sustentabilidade desta resposta, a par do desinvestimento flagrante da tutela nas respostas sociais de CATL a nível nacional. Assim, poderemos vir a assistir a um decréscimo de utilizadores do CATL, pelo que poderá ter que se ponderar o seu encerramento.

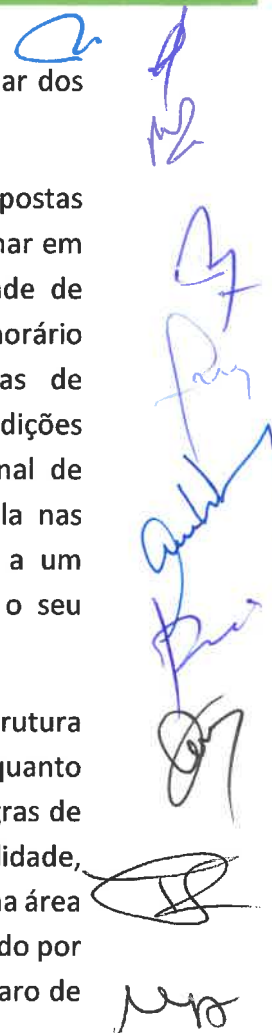
Ainda na área de infância, reiteramos a importância de recordar e apontar a estrutura económica da nossa região e, conseqüentemente, dos agregados familiares enquanto detentores de baixo poder económico, o que leva obrigatoriamente, face às regras de cálculo das participações familiares, a participações baixas. Esta realidade, conjugada com o peso da estrutura de gastos com recursos humanos obrigatório na área e a par do défice de cobertura dos acordos de cooperação neste setor (já diminuído por via da revisão do acordo da creche mas ainda patente no CATL), são indicador claro de que é uma área de atuação estruturalmente deficitária.

A estes indicadores acrescem condicionalismos internos que agravam a estrutura de custos. Refira-se nomeadamente o CATL cujo corpo técnico tem habilitações / categoria profissional superior à exigida na regulamentação específica desta resposta social, o que por si só, condiciona a recuperação/a situação financeira da resposta em questão.

Tendo-se assim a noção clara dos condicionalismos estruturais da área de infância, impera a nossa obrigação moral de atuação social, tendo, contudo, em conta sempre um não comprometimento da atuação global da instituição.

Esta premissa obriga-nos a estar atentos ao evoluir dos indicadores concelhios; a continuar a preconizar as medidas de controlo e estabilização dos resultados nesta área (como referido, os menos gravosos e em recuperação contínua nos últimos 5 anos); e a tomar decisões ponderadas mas atempadas caso os condicionalismos estruturais se agravem sem termos possibilidade de os compensar devidamente.

Face ao resultado do exercício global, devemos, de igual forma, continuar a manter medidas de controlo/redução dos gastos em vigor e a reforçar as medidas de obtenção de rendimentos, tentando mobilizar de forma mais alargada os irmãos da MSPS e a comunidade nas iniciativas de angariação de fundos e campanhas de mecenato.



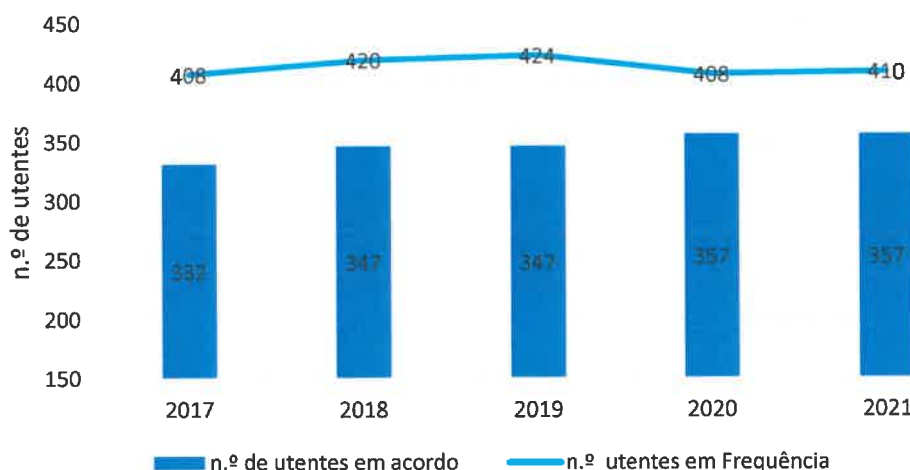
#### 4. Grandes Números da Atividade da MSPS

Toda a atividade económica está assente nos seus clientes, utentes, beneficiários. Neste sentido, esta Misericórdia tem cobertura regional, apoiando cerca de 600 beneficiários. Desde a sua instituição no ano de 1875 (Primeiros Estatutos) tem alargado a sua atuação e o número de utentes, conferindo-lhe o seu estatuto o reconhecimento enquanto entidade da economia social, nos termos da respetiva lei de bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Numa relação direta com o total de utentes em respostas sociais tipificadas, verificamos uma subida do número de utentes em acordo de cooperação em 2018, com a revisão do acordo de cooperação da Creche em mais 15 crianças abrangidas e, em 2020, com a revisão do acordo de cooperação do SAD em mais 10 utentes.

Em termos de frequência, a oscilação tem sido mínima, tendo apenas sido verificada redução global em 2020, motivada pelo encerramento temporário das respostas da área de infância e do Centro de Dia. Mesmo motivo que levou a estabilização em 2021.

**Evolução dos acordos de cooperação e frequência**



Obs.: Apenas respostas sociais tipificadas (ERPI's, SAD, CD, Creche, Pré-escolar e CATL).

Atendendo à organização por resposta social, temos a seguinte informação média mensal em 2021, na área sénior:

Indicador	SAD	Centro de Dia	ERPI – Casa da Quinta (Lar de Idosos)	ERPI – Lar de Grandes Dependentes
Capacidade	60	30	75	78
Frequência	51	15	75	78
Utentes em Acordo de Cooperação	40	0	75	78
Utentes fora do acordo de cooperação	11	15	0	0

*(Handwritten signatures and notes in blue ink on the right margin)*



Ainda no mesmo ano e na área de infância:

Indicador	Creche	Pré-escolar	CATL
Capacidade	76	100	60
Frequência	71	60	60
Utentes em Acordo de Cooperação	60	61	43
Observações	2 Bercários; 2 Salas de 1 ano; 2 Salas de 2 anos.	3 salas (1 sala 3 anos; 1 sala 4 anos; 1 sala 5 anos).	----
Utentes fora do acordo de cooperação	11	-1	17

No cômputo destas respostas sociais tipificadas abrangemos mais 0,49% de utentes que em 2020, num total de 410 utentes (219 na área sénior e 191 na área de infância), dos quais 53 não estão abrangidos por acordo de cooperação.

Refira-se que em virtude dos acordos de ERPI serem antigos, estes abrangem a totalidade da capacidade atual das respostas em referência. Destaca-se, também, a atribuição de 10 vagas reservadas à Segurança Social / Centro Distrital de Viseu na ERPI Casa da Quinta e de 8 na ERPI Lar de Grandes Dependentes.

Nota final, também, para o facto de o acordo de ERPI Lar de Grandes Dependentes ser um acordo atípico, o que ao abrigo do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, negociado entre as entidades de tutela (Ministérios da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde) e as entidades representativas do setor social (UMP – União das Misericórdias Portuguesas, CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social e a UM – União das Mutualidades Portuguesas), estes tipos de acordo de cooperação deverão ser convertidos gradualmente em acordos típicos.

No âmbito das respostas sociais não tipificadas, registamos a seguinte informação média em 2021:

Indicador	Cantina Social	PO APMC	Horta Comunitária	BAT
Compromisso	10 refeições diárias	48 beneficiários	----	----
Beneficiários	9 agregados familiares (9 pessoas)	101	42	54
Observações	Servidas em média 9 refeições diárias	47 agregados familiares (revisto de 37 para 48 beneficiários em 2020)	Apoio técnico do projeto "Terras S. Pedro"	

À exceção do PO APMC e da Cantina Social (acordo prorrogado até final do 1.º semestre de 2022 e em mudança de paradigma e transição para o PO APMC), em que há apoio financeiro à sua execução, se bem que parco, a Horta Comunitária e o BAT – Banco de Ajudas Técnicas têm sido disponibilizados com suporte financeiro próprio da Instituição.

Destacamos, nesta linha de apoio e face a dezembro de 2020, o acréscimo de 10% dos beneficiários de apoio alimentar em 2021, mais pormenorizado no capítulo “Mitigação da pandemia Covid-19”.

A nível do BAT, temos cedidas por todo o concelho de São Pedro do Sul, 36 camas articuladas, 11 cadeiras de rodas, 4 andarilhos, 2 cadeiras de banho e 1 par de muletas.

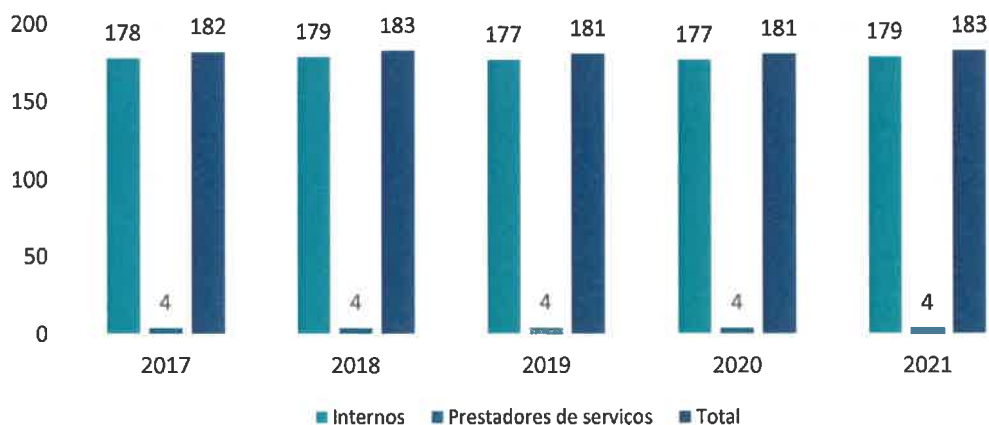
Em termos de indicadores associados aos Recursos Humanos, registamos uma estabilização desde 2017, em números absolutos, numa média de 182 colaboradores, sendo que, nestes indicadores não são considerados os Órgãos Sociais e a nível dos prestadores de serviços, apenas os com contrato de prestação de serviços individual (canalizador, médicas e capelão).

Também não são considerados os colaboradores com ausências superiores a 30 dias, nomeadamente por motivo de licença sem vencimento e baixa prolongada (3), atendendo a que nestas situações, dada a natureza da atividade da MSPS, em regra, há lugar à substituição temporária do posto de trabalho.

Em 2021 registamos um número médio mensal de 183 colaboradores (Internos e externos) ou, considerando apenas os internos, de 179 colaboradores, dos quais 94% (172) têm contrato de trabalho sem termo, ou seja, estão nos quadros da MSPS.

Os restantes, 4% (7) estão com contrato de trabalho a termo, na sua generalidade estão com o primeiro contrato e em substituição de colaboradores que se reformaram ou se encontram ausentes. Os restantes 2% (4) correspondem aos prestadores de serviços.

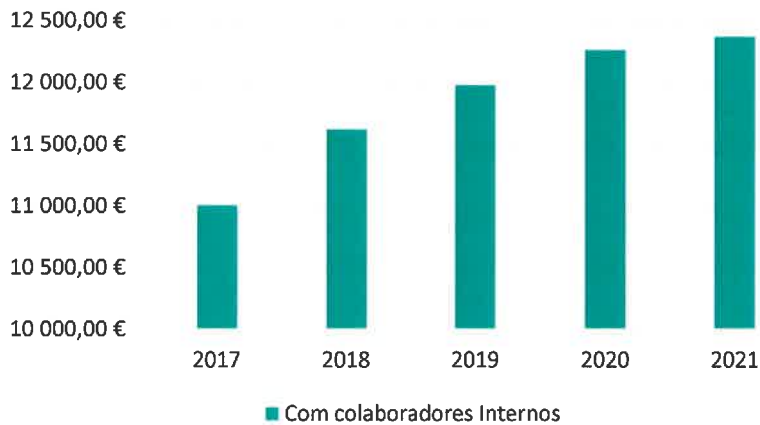
Evolução do n.º de colaboradores



Se associarmos a evolução do quadro de colaboradores e a evolução dos encargos com pessoal (incluindo todos os encargos de remuneração e encargos sociais), verificamos uma subida do rácio gastos de pessoal/colaborador para o montante de 12.371,37€ por colaborador em 2021, mais 0,87% face ao ano anterior.

*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
 - Top right: "Ch" and "9"  
 - Middle right: "M" and "G"  
 - Large signature: "F. Garcia"  
 - Below signature: "F. Garcia"  
 - Bottom right: "R" (circled)

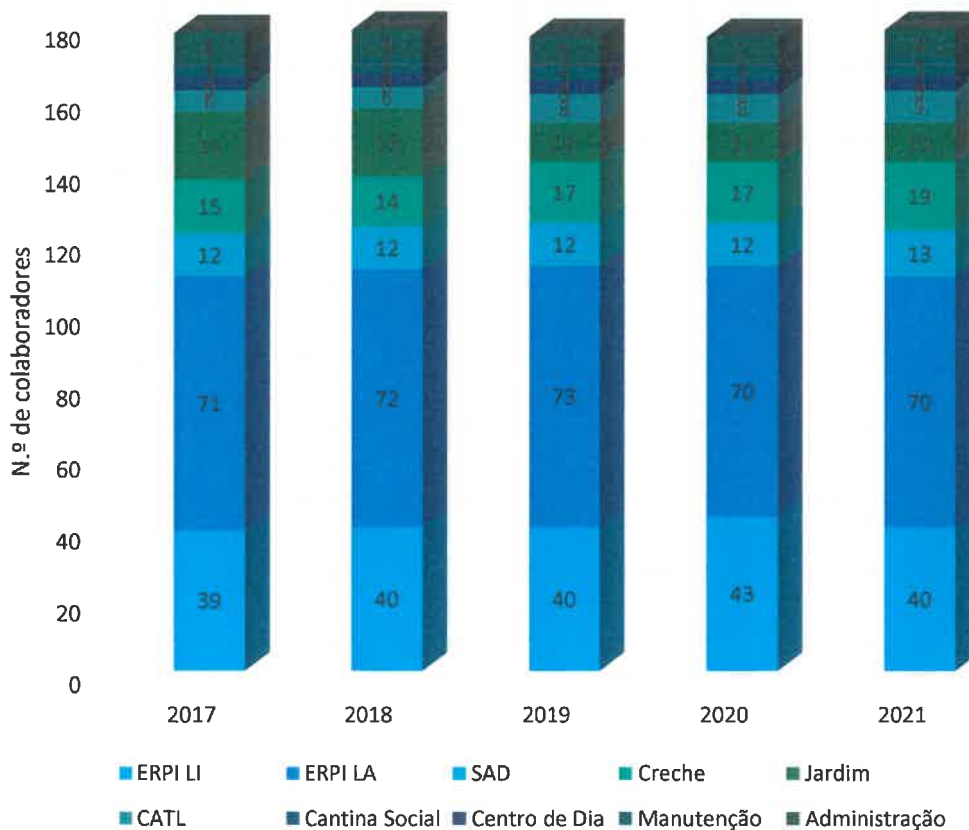
Evolução do rácio gasto/colaborador



Em termos da estrutura por resposta social, esta tem estado equiparada, prevalecendo o peso das ERPI e uma manutenção no cômputo das respostas da área de infância.

*Handwritten notes and signatures in black ink:*  
 - Middle right: "R" (circled)  
 - Bottom right: "M" (signature)

Evolução dos Colaboradores Internos por Resposta Social



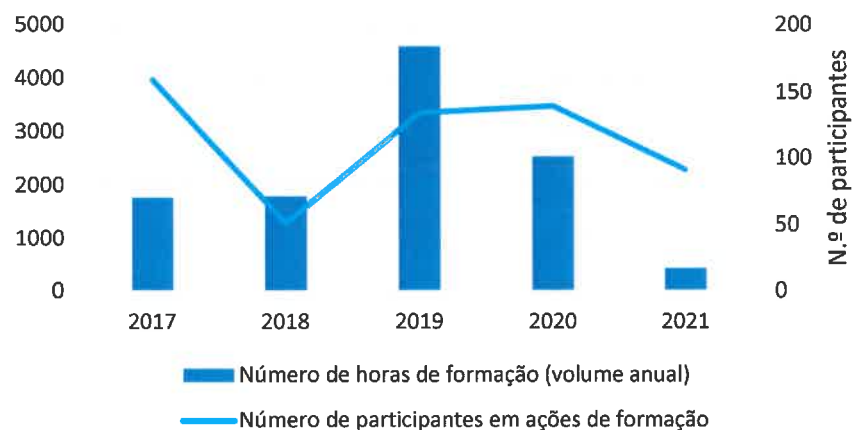


Na manutenção estão incluídos colaboradores das obras e manutenção cuja imputação de custo é feita parcialmente a cada resposta social. Na administração inclui-se pessoal de secretaria, recursos humanos, direção.

Nota final para a qualificação do pessoal, na qual se tem apostado, não obstante neste último ano nos termos visto obrigados a suspender e/ou cancelar uma série de ações programadas, em virtude das restrições nacionais de combate à Covid-19 que inviabilizaram a formação presencial e o recurso a formação à distância é uma barreira em determinadas áreas de serviço e grupo de colaboradores. Nestes termos, o ano de 2021 terminou com um volume de 424 horas de formação e 91 colaboradores envolvidos (média de 5 horas por participante).

Face ao ano anterior, registamos uma queda significativa do número de colaboradores participantes em ações de formação (menos 34,5% de participantes) e uma redução significativa do número de horas de formação por participante (74,1%).

Evolução do número de horas de formação anual



Para finalizar este pequeno enquadramento dos Recursos Humanos da MSPS, reforçamos que o empenho dos nossos colaboradores, ao longo dos anos de existência desta Misericórdia, foi sempre digno de ser assinalável. Ressalvamos, no entanto, a dedicação dos mesmos, no ano a que reporta o presente relatório. Reconhecemos e enalteçamos o seu esforço de trabalho nas condições adversas que atravessamos. Damos nota, que no período mais conturbado, se verificou uma diminuição de absentismo, traduzindo-se numa força coletiva e mobilizadora para se alcançar com êxito as medidas implementadas de combate à Covid-19.

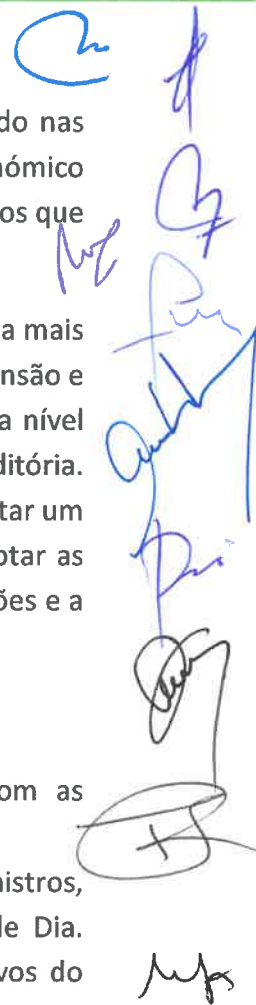
## 5. Mitigação da Pandemia de Covid-19

Atendendo o impacto direto e indireto que a pandemia Covid-19 tem implicado nas rotinas diárias em contexto pessoal e institucional, a par do impacto social, económico e de saúde nestes últimos dois anos, não podemos deixar de anotar alguns aspetos que o combate a esta doença implicou na gestão e funcionamento da instituição.

Quanto ao impacto inicial, em fevereiro e março de 2020, já o referimos de forma mais exaustiva na prestação de contas desse ano. Não obstante, relembramos a apreensão e o desconhecimento público da dimensão e melhor adequação das estratégias a nível nacional, reflexo, muitas vezes, na receção de orientações e informação contraditória. A instituição, à semelhança de muitas outras, viu-se obrigada a elaborar e a adaptar um plano de contingência (e respetivo anexo – plano de desconfinamento), a adaptar as infraestruturas, circuitos de movimentação interna, regras de acesso às instalações e a rever toda a cadeia de abastecimento de materiais e equipamento.

Sem prejuízo, assinalamos os seguintes marcos de atuação e gestão:

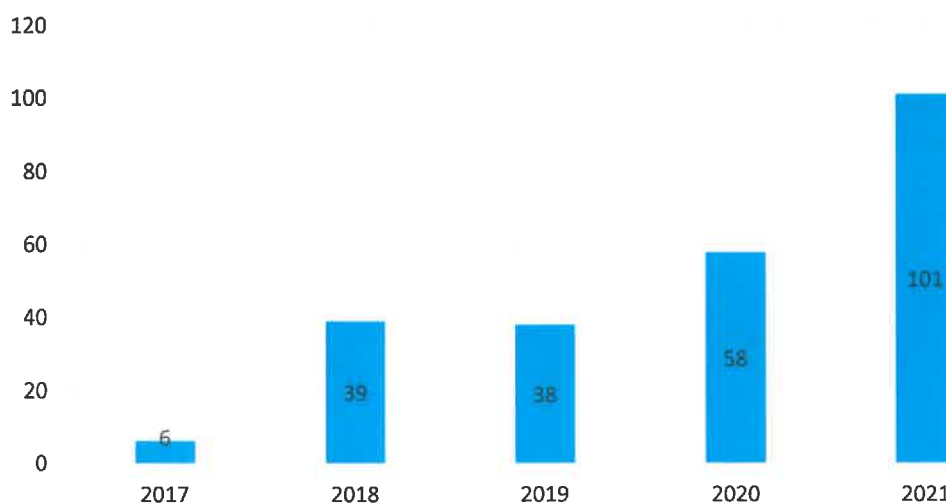
- Adaptação do Plano de Contingência/desconfinamento de acordo com as orientações e normas mais atuais da DGS.
- Fomos obrigados a encerrar serviços, por resolução do Conselho de Ministros, nomeadamente as respostas sociais da área de infância e o Centro de Dia. Respostas que se encontraram encerradas durante períodos significativos do ano (se bem que mais curtos que em 2020).
- Mantiveram-se canceladas atividades socioculturais gerais e de participação comunitária e/ou interinstitucional.
- Foram registados períodos de proibição de visitas aos utentes das ERPI, coincidentes com surtos ativos, bem como adaptada a modalidade e condições para a realização de visitas (com ou sem barreira física ou com a adaptação de outras exigências, como é o caso de um dos Certificados Covid-19 válidos – vacinação, teste ou recuperação).
- Mantiveram-se implementadas estratégias de contenção e compartimentação de espaços, para evitar cruzamento de utentes e equipas afetas a alas funcionais dos vários equipamentos sociais.
- Estabilizou-se, muito pela maior estabilização dos preços, a compra de equipamentos e materiais de consumo diretamente associados à proteção individual, higienização e desinfeção (luvas, máscaras, termómetros, aventais, soluções desinfetantes, fatos, etc.), tendo a sua compra/uso em 2021, tal como já referido anteriormente, representado um decréscimo de 13,02% face aos valores de 2020 (compras passaram de 70.832,99€ para 61.608,90€).
- Têm sido aplicados de forma geral e em articulação com a autoridade de saúde local, sempre que justificável, testes rápidos e PCR, procedendo-se a rastreio regular dos colaboradores das ERPI, nomeadamente via Segurança Social.



- Registamos a colaboração e apoio de parceiros locais e individuais, com contributo de material ou outros bens, aos quais aqui, sem indicação nominal, perpetuamos o nosso obrigado.
- Por seu lado, também colaboramos com instituições e organismos locais, regionais e nacionais na partilha de recursos ou auxílio à distribuição de equipamentos de proteção e desinfeção.
- Logo que disponíveis as vacinas localmente, iniciamos o plano de vacinação contra a Covid-19 em articulação com a UCC de São Pedro do Sul, implementando de forma alargada e promovendo a importância da vacinação.

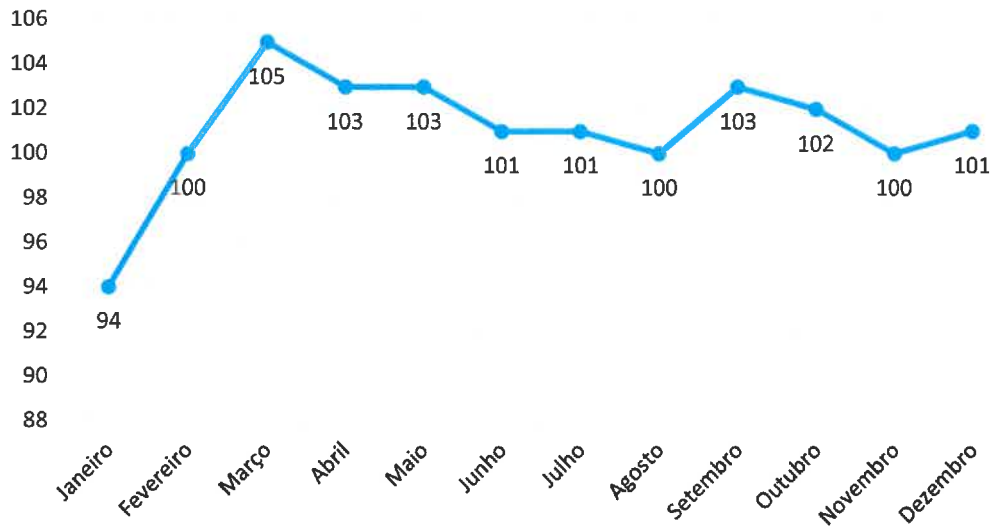
Um outro campo que queremos deixar nota, prende-se com o apoio alimentar, no qual se manteve a linha e abrangência das Cantinas Sociais (entrega de refeições confeccionadas) em 9 beneficiários, contudo registou-se um crescimento de 75% na média mensal de beneficiários do PO APMC face ao ano 2020, cifrando-se esta em 101 beneficiários em 2021.

Evolução da média anual de beneficiários PO APMC



Em termos da evolução mensal e em números absolutos, atendendo os efeitos nefastos da pandemia na economia (desemprego, redução de rendimentos familiares, etc.) que levou a um crescendo de sinalização de famílias para este apoio alimentar, como já refletido nas contas de 2020, essencialmente a partir do mês de maio desse ano, continuamos com a subida gradual até março de 2021, onde atingimos a capacidade máxima (105), estabilizando, a partir daí, em valores sempre superiores a 100 e finalizando-se o ano com 101 beneficiários (corresponde a 47 agregados familiares).

Evolução mensal de beneficiários PO APMC em 2021



Por fim, deixamos os dados estatísticos da situação pandémica a nível interno, a 31/12/2021, incluindo-se o enquadramento vacinal contra a Covid-19.

Indicador	N.º de Testes à Covid-19 realizados	Casos confirmados Covid-19	Casos Recuperados	Vacinas Administradas
Utentes	1.470 Área Sénior: 1.327 Infância: 143	116 Área Sénior: 107 Infância: 9	111 Área Sénior: 102 Infância: 9	Completo: 153 Reforço: 144  Contempla apenas dados das ERPI: cobertura com esquema vacinal completo de 100% e com dose de reforço de 94%)
Colaboradores	1.653 (1.490 Área sénior; 163 Infância)	58	58	Completo: 179 (99%) Reforço: 108 (60%) (Das várias respostas sociais)
Observações	Inclui testes rápidos e testes PCR realizados com participação ou por intermédio da Misericórdia, excetuando-se eventuais testes realizados a título particular. Registaram-se 5 óbitos por Covid-19, 3 nas ERPI e 2 no SAD.			Plano de vacinação arrancou a 20/01/2021. Dose de reforço a 21/10/2021.

Não obstante o anterior, a instituição reitera o seu compromisso para com os utentes e a comunidade, fazendo tudo o que lhe seja possível para minimizar o impacto da pandemia que atravessamos, sem, contudo, também apelarmos continuamente à

colaboração de todos no sentido de serem agentes de saúde pública e cumprirem as orientações dos organismos oficiais no tocante à doença em apreço. O sucesso, a maior ou menor dificuldade de atuação e resposta dos serviços de saúde nacionais, depende da nossa atuação conjunta enquanto comunidade.

Registamos, também, uma transparência constante da evolução interna da situação pandémica Covid-19, com a divulgação para a comunidade dos casos ativos e medidas em vigor, nomeadamente nos canais de comunicação institucionais.

## 6. Sustentabilidade 2021

Integrado no relatório de gestão 2021 iniciamos a publicação do relatório de sustentabilidade, dando-se conta das principais iniciativas desenvolvidas, participadas ou apoiadas pela MSPS em matéria da sustentabilidade e responsabilidade social.

Não obstante de algumas iniciativas já decorrerem de há uns anos a esta parte, trata-se de um novo desafio de que iniciamos nota, no segundo ano de fortes contingências e adaptações decorrentes da emergência inerente à pandemia, mas, precisamente por isso, consideramos que determina ainda mais a importância de compilar e divulgar estas iniciativas.



### Apoio e Relação com a Comunidade Local

Em 2021 mantivemos o nosso compromisso de apoio ao bem-estar e qualidade de vida das comunidades locais, promovendo o seu desenvolvimento e uma maior equidade social.

- Disponibilização de instalações e energia elétrica para a instalação e funcionamento do centro municipal de retaguarda à Covid-19, tendo o mesmo espaço, servido, posteriormente, para Centro de Vacinação concelhio contra a Covid-19.
- Oferta de prenda de natal a todas as crianças que frequentam as respostas sociais da área de infância.
- Disponibilização gratuita de ajudas técnicas através do BAT – Banco de Ajudas Técnicas.
- Disponibilização gratuita de parcela de terreno na “Horta Comunitária”, com incentivo à produção agrícola para autoconsumo em modo de produção biológica e articulação de acompanhamento técnico aos utilizadores por engenheiro agrícola do projeto “Terras São Pedro” da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul.





### Educação e Cultura

Continuamos a implementar medidas e a apoiar iniciativas que valorizam a identidade cultural da instituição e do concelho.

- Foi mantida a publicação trimestral da revista "Caminho no Tempo", com disponibilização em suporte impresso e digital.
- Mantemos a recolha e registo de histórias de vida de seniores utentes das várias respostas sociais da instituição.
- Editamos uma edição comemorativa do "Caminho no Tempo" dedicada a histórias de vida e relação institucional que marcaram o percurso profissional e pessoal de um grupo de colaboradores com mais anos de casa.
- Foram promovidas as comemorações de S. António, com transmissão da celebração religiosa nas redes sociais.
- Foi mantida a abertura da Capela de S. António para a comunidade e visitas guiadas do Município no âmbito do turismo local.



### Responsabilidade Social Interna

O bem estar e o apoio aos trabalhadores continuam a ser um dos vetores da nossa atividade.

- Distribuição de vale de Natal a todos os trabalhadores.
- Antecipação do subsídio de Natal ou férias mediante solicitação.
- Lançamento do programa de bem-estar para os colaboradores (cedência de espaço para dinâmicas de Zumba/ginástica e sessões de Fisioterapia laboral/ginástica em contexto laboral.
- Aposta na comunicação interna em vários canais (e-mail, newsletter, revista, reuniões *online* e presenciais, etc.) para garantir a consistência das mensagens em tempo de incerteza.
- Procura de protocolos comerciais para garantir condições comerciais mais vantajosas em estabelecimentos comerciais e de serviços locais aos colaboradores e irmãos da MSPS.

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below, some appearing to be initials or names.



### Recuperação e Preservação do Património

O património é uma herança do passado que temos que respeitar, valorizar, tirar mais-valias e transmitir às gerações futuras.

- Remodelação de 2 apartamentos em São Pedro do Sul e a sua colocação no mercado de arrendamento local com rendas acessíveis.
- Intervenções de manutenção regular nos edifícios associados às várias respostas sociais.



### Respeito pelo Meio Ambiente

Planeta há só um, pelo que é nossa obrigação reduzir tanto quanto possível a nossa "pegada" ecológica.

- Compromisso por uma Misericórdia mais verde, compilando medidas a levar a cabo para uma maior eficiência energética dos seus edifícios de serviços: instalação de painéis solares para AQS; estudo para reforço da central fotovoltaica da sede a qual em 2021 produziu 77.597,11Kwh; aquisição de equipamentos com maior eficiência energética.
- Parceiro beneficiário da rede "Zero Desperdício", comungando do objetivo de um Planeta mais limpo, mais sustentável, mais circular, tendo por base o combate ao desperdício alimentar.
- Adoção de estratégias e mecanismos de poupança de água e eletricidade.
- Operacionalização da separação do lixo e respetiva valorização, condução para reciclagem e promoção da política dos 3R (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) nas dinâmicas com os utentes, nomeadamente incentivando as crianças desde a creche para esta preocupação.
- Arranque da transição para a mobilidade elétrica, com a preparação do procedimento para a aquisição da primeira viatura elétrica da MSPS.

## 7. Eventos subsequentes

Não influenciando as contas de 2021, mas com potencial impacto nas contas subsequentes, verificamos à presente data condicionalismos decorrentes da atual conjuntura económica derivada da ofensiva/guerra russa na Ucrânia, nomeadamente o aumento consecutivo dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares.

Atendendo a que os combustíveis e a aquisição de bens alimentares têm um grande peso na estrutura da instituição, é espectável um agravamento destes gastos, sendo, também, previsível o alastrar deste impacto também no custo de outros bens e serviços.

Nestes termos, a instituição procurará, desde já, estudar e promover iniciativas que possam mitigar este impacto espectável de custo. Refira-se, a título de exemplo, a importância para:

- Uma racionalização constante dos recursos.
- Reforço de boas práticas de reutilização de materiais, poupança de energia e água.
- Aceleração do processo de transição para a mobilidade elétrica.
- Ao abrigo da nova regulamentação de certificação energética, estudo e implementação de novas soluções como o alargamento da central fotovoltaica e substituição de equipamentos técnicos mais obsoletos.
- Reforço da sensibilização para as dicas de poupança de combustível na condução.
- Procura de novas parcerias para a partilha de recursos e/ou apoio à instituição ao abrigo do mecenato.

Contingência económica nacional/mundial que se coloca ainda com pandemia ativa, o que requer um acompanhamento próximo e cauteloso de todo o processo, para melhor adotarmos as medidas possíveis.

#### 8. Proposta de aplicação de resultados

Considerando que a MSPS encerrou as contas relativas ao exercício de 2021 com Resultados Líquidos positivos no montante de 110.606,50€ e atendendo que deverá constar no relatório de gestão a forma como deverá ser aplicado aquele resultado, propõe-se que o referido Resultado Líquido do exercício seja integrado na conta "Resultados Transitados".

## NOTA FINAL

Em termos de conclusão, a Mesa Administrativa continua atenta ao desenrolar dos problemas sociais que afetam a nossa comunidade, seja em termos locais, regionais ou nacional. Perante estes a acomodação e passividade são termos que continuam abolidos nas reuniões de trabalho. Acreditamos num futuro que fará justiça a todos os que acreditam num mundo melhor, ou seja, onde existe maior justiça social e um maior equilíbrio socioeconómico.

Cabe a cada um de nós inculcar o espírito e valores de entrega, de perseverança e intervenção social, atuando de e para uma sociedade solidária, fugindo, assim, ao imediatismo e individualismo muito patente na sociedade atual.

Finalmente, a Mesa Administrativa agradece e expressa o seu reconhecimento por toda a colaboração, aos Representantes do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu, à União das Misericórdias Portuguesas, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, à Câmara Municipal de São Pedro do Sul, aos Órgãos Sociais, parceiros institucionais, bem como aos Colaboradores que, de uma forma muito profissional, aplicam no seu dia-a-dia todo o seu empenho e carinho a todos os que usufruem dos nossos serviços.

Deixamos, deste modo, uma palavra de agradecimento a todos os que colaboram nesta Causa, desejando que mantenham e difundam a Esperança em todos aqueles que a nossa ação toca.

O Diretor-geral

O Contabilista Certificado

Aprovado em Reunião de Mesa Administrativa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul em 11 de março de 2022.

A Mesa Administrativa:

Provedor

Vice-Provedor

Secretário

Tesoureiro

Vogal

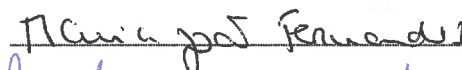
## Deliberação em Assembleia Geral:

Aprovado por unanimidade em Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de São Pedro do Sul, a 27 de março de 2022.

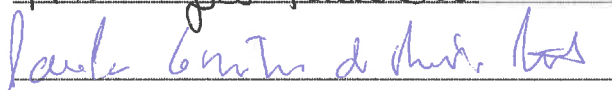
Presidente



Vice-Presidente



Secretário



Nota: Anexar cópia da Ata da Assembleia Geral.





ANEXOS

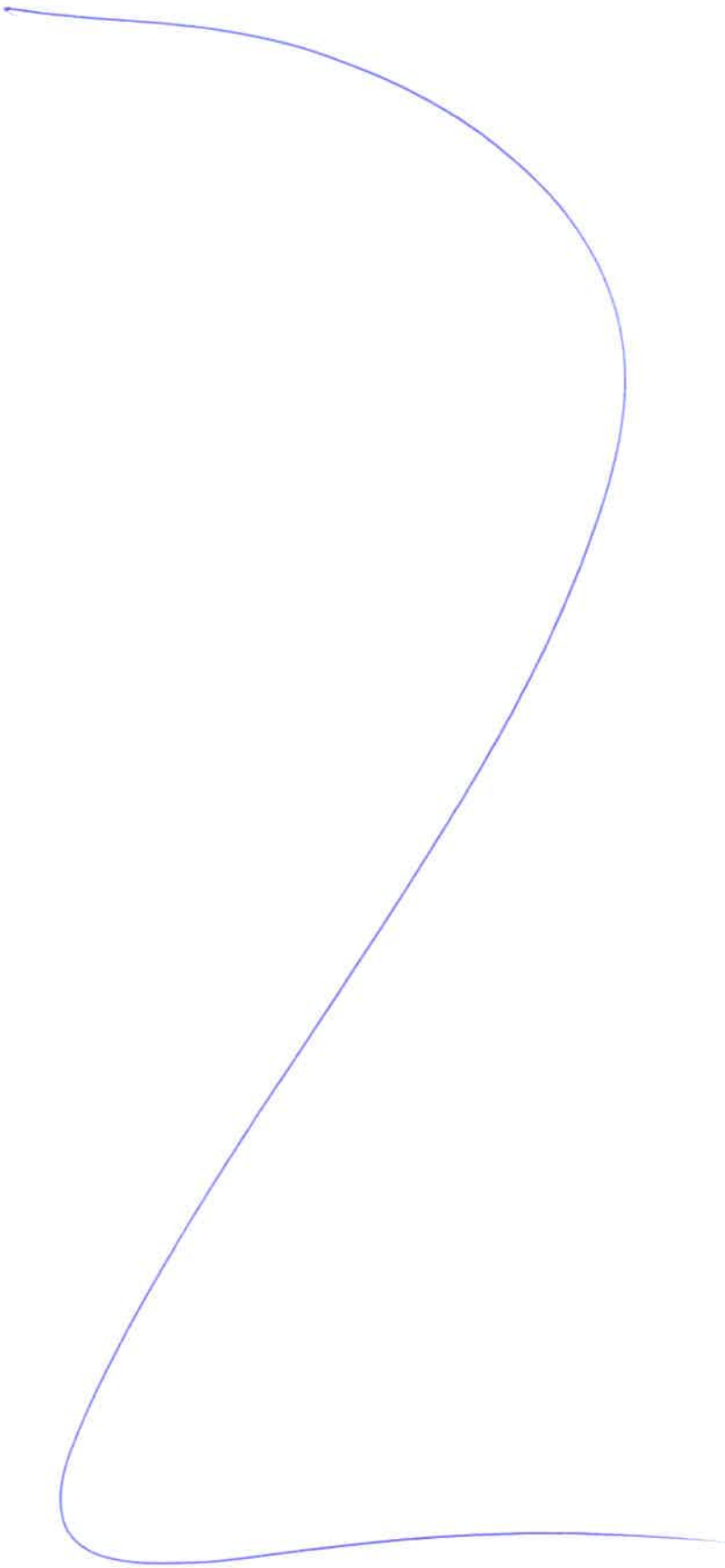
Anexo 1 - Relatório de Contas

Anexo 2 - Parecer do Conselho Fiscal

Anexo 3 - Ata da Assembleia Geral



A vertical column of handwritten signatures in blue ink. From top to bottom, the signatures are: a large 'C' with a horizontal line; a signature starting with 'me'; a signature starting with 'G'; a signature starting with 'fin'; a signature starting with 'aut'; a signature starting with 'ps'; a signature starting with 'A'; and a signature starting with 'lyp'.



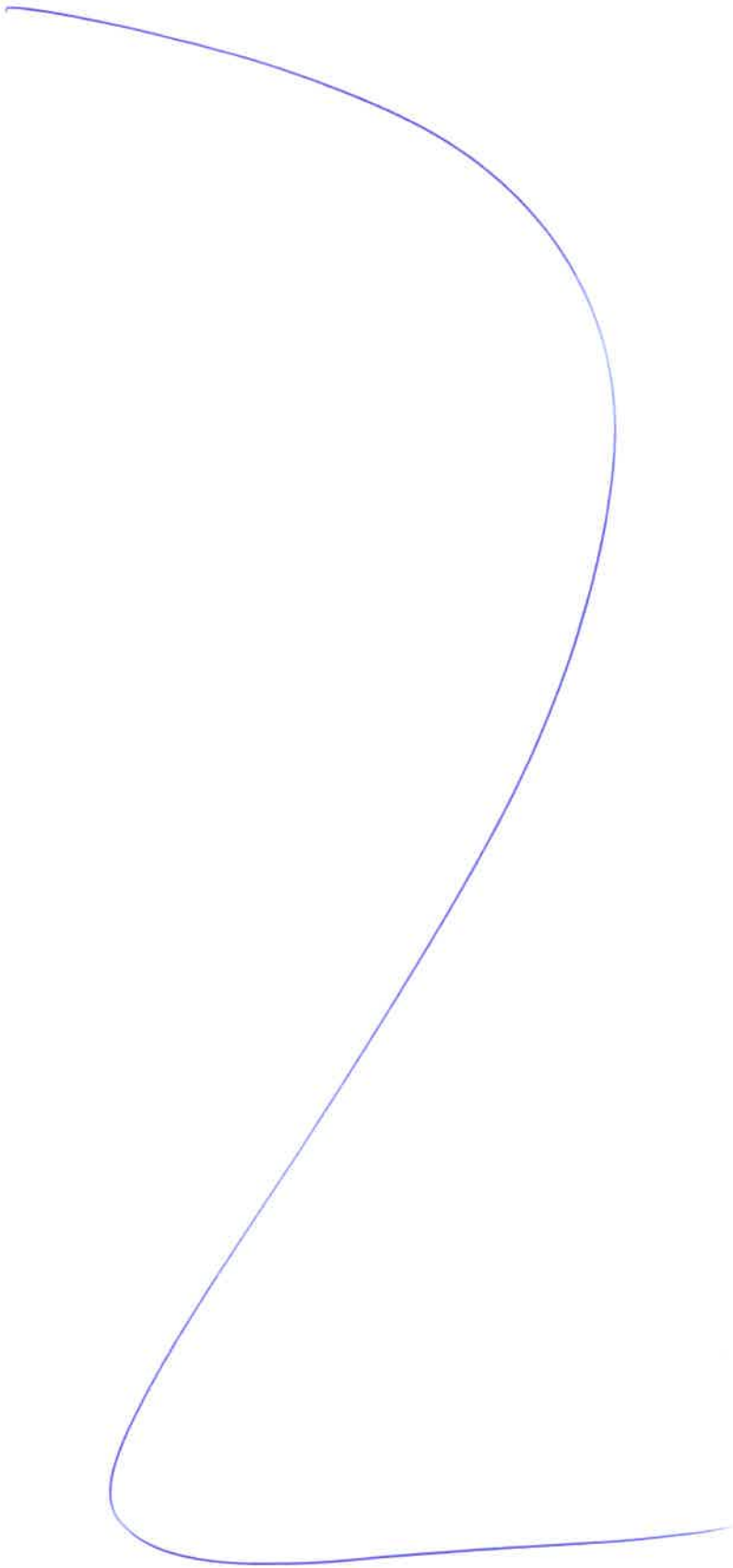
# Anexo 1 – Relatório de Contas

C. P.  
M. B.

for  
alt  
pi  
M

M





C:   
me   
  
  
  


**Índice Secundário**

BALANÇO .....	52
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA .....	53
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	54
ANEXO 2021.....	55
1. Identificação da Entidade .....	55
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	55
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	55
3.1 Principais políticas contabilísticas. ....	55
4. Fluxos de Caixa .....	62
5. Ativos Fixos Tangíveis .....	63
5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural .....	63
5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis .....	63
5.3 Propriedades de Investimento .....	65
6. Ativos Intangíveis.....	66
6.1 Outros Ativos Intangíveis.....	66
7. Custo de Empréstimos Obtidos .....	67
8. Inventários.....	67
9. Rédito .....	68
10. Provisões.....	68
11. Subsídios e outros apoios das entidades públicas .....	68
12. Benefícios dos empregados.....	69
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	70
14. Outras Informações.....	70
14.1 Investimentos Financeiros.....	70
14.2 Créditos a receber .....	71
14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros.....	72
14.4 Outros ativos correntes .....	72
14.5 Diferimentos .....	72
14.6 Caixa e Depósitos Bancários .....	72
14.7 Fundos Patrimoniais .....	73
14.8 Fornecedores.....	73











14.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	74
14.10	Outros passivos correntes .....	74
14.11	Subsídios, doações e legados à exploração .....	74
14.12	Fornecimentos e serviços externos .....	75
14.13	Trabalhos para a própria entidade .....	75
14.14	Outros rendimentos .....	76
14.15	Outros Gastos .....	76
14.16	Acontecimentos após data de Balanço .....	76
14.17	Eventos Subsequentes.....	76
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS.....		78

*Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large signature at the bottom right.*

## BALANÇO

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul

NIF 501157506

Rua da Misericórdia, nº 6 - São Pedro do Sul

UNIDADE MONETÁRIA (1)

BALANÇO (Individual)

EUR

Fator:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/5	4 313 036.47	4 356 718.57
Bens do Património Histórico e Cultural	3/5	98 294.56	98 294.56
Ativos intangíveis	3/6	905.98	1 811.68
Investimentos Financeiros	3/14.1	19 108.88	14 481.85
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem			
		4 431 345.89	4 471 306.66
Ativo corrente			
Inventários	3/8	49 029.60	61 074.46
Créditos a Receber	3/14.2	16 879.12	21 863.31
Estado e outros entes públicos	3/14.9	4 696.65	7 339.14
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem	3/14.3	67.50	10.00
Outros ativos correntes	3/14.4	73 265.68	46 192.88
Diferimentos	3/14.5	16 580.74	17 039.00
Caixa e depósitos bancários	3/14.6	2 166 882.72	2 060 419.57
		2 327 402.01	2 213 938.36
Total do ativo		6 758 747.90	6 685 245.02
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0.00	0.00
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		0.00	0.00
Resultados transitados	14.7	5 413 339.17	5 285 024.35
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11/14.7	640 205.83	654 429.55
Resultado líquido do período		110 606.50	128 314.82
Total dos fundos patrimoniais		6 164 151.50	6 067 768.72
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	13 997.25	13 997.25
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outras dívidas a pagar		0.00	0.00
		13 997.25	13 997.25
Passivo corrente			
Fornecedores	3/14.8	77 891.58	85 865.79
Estado e outros entes públicos	3/14.9	49 824.68	47 170.07
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outros passivos correntes	3/14.10	439 752.63	452 470.27
Diferimentos	3/14.5	13 130.26	17 972.92
		580 599.15	603 479.05
Total do passivo		594 596.40	617 476.30
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 758 747.90	6 685 245.02

1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de eurc

A Administração \_\_\_\_\_ O Contabilista Certificado \_\_\_\_\_

*[Handwritten signatures and stamps]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul  
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

## DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	3/9	1 416 361.04	1 384 117.11
Subsídios ISS	3/14.11	1 913 588.42	1 760 814.31
Subsídios de Outras Entidades	3/14.11	124 285.17	230 009.50
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade	14.13	4 520.10	4 830.68
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-76 010.02	-75 748.42
Fornecimentos e serviços externos	14.12	-1 006 255.69	-942 124.92
Gastos com o pessoal	3/12	-2 214 475.86	-2 170 883.91
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3/14.2	8 218.48	-17 229.46
Provisões (aumentos/reduções)	10	0.00	0.00
Provisões específicas (aumentos/redução)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos	3/9/11/14.14	182 058.97	216 142.36
Outros gastos	14.15	-45 494.63	-50 039.40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		306 795.98	339 887.85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3/5/6	-196 189.48	-211 573.03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		110 606.50	128 314.82
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		110 606.50	128 314.82
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		110 606.50	128 314.82

A Administração  
*[Handwritten Signature]*

O Contabilista Certificado  
*[Handwritten Signature]*

*[Handwritten Signature]*

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul  
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 410 025.41	1 369 483.20
Pagamentos a fornecedores		-1 083 183.13	-1 036 410.61
Pagamento de Apoios		-13 180.73	-15 585.44
Pagamento a pessoal		-1 514 775.56	-1 492 823.07
Caixa gerada pelas operações		-1 201 114.01	-1 175 335.92
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos/pagamentos		1 347 530.66	1 258 236.54
Fluxos de caixa atividades operacionais (1)		146 416.65	82 900.62
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamento respeitantes a:			
Propriedades de investimento		0.00	0.00
Activos fixos tangíveis		-144 488.67	-76 996.85
Activos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		-5 199.63	-4 587.40
Outros ativos		0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:			
Propriedades de investimento		100 535.60	102 021.49
Activos fixos tangíveis		0.00	4 500.00
Investimentos financeiros		185.29	1 133.09
Outros ativos		0.00	0.00
Activos intangíveis		0.00	0.00
Subsídios de investimento		0.00	0.00
Juros e proveitos similares		2 049.92	2 588.79
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)		-46 917.49	28 659.12
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos		0.00	0.00
Realizações de fundos		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		6 964.00	85 946.45
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares		0.00	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Redução de fundos		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		6 964.00	85 946.45
Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3)		106 463.16	197 506.19
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 060 419.57	1 862 913.37
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4/14.6	2 166 882.72	2 060 419.57

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

O Contabilista Certificado

## ANEXO 2021

**1. Identificação da Entidade**

1.1 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS, com o NIPC 501.157.506.

1.2 Sede em Rua da Misericórdia nº 6 – São Pedro do Sul.

1.3 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul tem o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos. Tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 7 valências diferentes: ERPI – Estrutura Residencial para Idosos; ERPI para grandes dependentes; Creche, Pré-Escolar (Jardim-de-infância); CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres; o SAD – Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia.

**2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

2.1 Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto é referido que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 215/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso 82592/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 Não existiram disposições do SNC que tenham sido derogadas.

2.3 Não aplicável

**3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros****3.1 Principais políticas contabilísticas.****3.1.1 Bases de apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e de acordo com os respetivos Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF).

**Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



**Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas, das rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes” e “Diferimentos”.

**Consistência de Apresentação:**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

**Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

**Compensação:**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

**Informação Comparativa:**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

**3.1.2 Outras políticas contabilísticas****Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Terrenos e recurso naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 6 anos
Equipamento de transporte	5 a 10 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

#### **Bens do património histórico e cultural**

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, e que sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo decorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem onde são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

#### **Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu custo, o qual consideramos que se aproxima do seu justo valor, pelo que não achamos necessário proceder à avaliação das mesmas. Assim, de acordo com a vida útil estimada das Propriedades de Investimento, são calculadas as depreciações das mesmas seguindo o método da linha reta, em regime anual.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção, a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

#### **Ativos Intangíveis**

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page. There are several distinct signatures, including one that appears to be 'C. P.' at the top, and others that are more stylized and less legible. The signatures are arranged vertically along the right edge of the text area.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Programas de computador	3 a 5 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

#### Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

#### Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;



- Alterações do risco segurado;
- Alterações da taxa de câmbio.
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os Créditos a receber e outros ativos correntes encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim refletir o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estejam mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos financeiros

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos financeiros” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Ch. p. sub  
 C.F.  
 Aut. F.  
 J. P.  
 J. P.  
 J. P.



**Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabelecem que sejam de incorporar no mesmo.

**Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

**Financiamentos Obtidos**Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

**Estado e Outros Entes Públicos**

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

**Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Relativamente às prestações de serviço, o rédito é reconhecido no período a que respeitam, com a exceção do rédito das quotas que é reconhecido aquando do seu recebimento.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and a signature at the bottom right.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo.

#### **Subsídios do governo**

O rédito de subsídios é reconhecido quando existe segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período de vida útil dos bens a que eles dizem respeito na rubrica "Outros rendimentos", de forma a balanceá-los com os gastos relacionados com os respetivos ativos.

No caso dos subsídios reembolsáveis, estes são contabilizados como passivos, mas se posteriormente adquirirem a condição de não reembolsáveis, passarão a ter o tratamento referido anteriormente.

Quando um subsídio se torne recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior, esse subsídio deve ser reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para a compreensão do seu tratamento.

Na situação em que um subsídio se torne reembolsável, este deve ser contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. Assim, esse reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser primeiramente aplicado em contrapartida de eventuais créditos diferidos, não amortizado e seguidamente deve ser reconhecido como um gasto.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica "Subsídios à exploração" da Demonstração dos Resultados do Período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento. Caso se tornem recebíveis num período posterior, estes serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

#### **Benefícios dos empregados**

Os benefícios dos empregados de curto prazo são mensurados numa base não descontada e reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.

##### **3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

##### **3.1.4 Principais fontes de incerteza nas estimativas**

Não se verifica.

## **4. Fluxos de Caixa**

4.1 Os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso e a sua desagregação consta da nota 14.6.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and initials at the bottom.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

## 5.1 Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural

Nos anos de 2020 e 2021 não existiram quaisquer variações conforme quadros abaixo.

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Bens Imóveis	83.445,37	0,00	0,00	0,00	0,00	83.445,37
Bens Móveis	14.849,19	0,00	0,00	0,00	0,00	7.103,06
Obras de Arte	7.103,06	0,00	0,00	0,00	0,00	7.103,06
Outros	7.746,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7.746,13
<b>Total</b>	<b>98.294,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>98.294,56</b>

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
<b>Perdas por imparidade</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras de Arte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis 2020						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	174.097,12	0,00	2.400,00	0,00	0,00	171.697,12
Edifícios e outras construções	4.711.889,20	0,00	0,00	0,00	0,00	4.711.889,20
Equipamento Básico	1.670.074,02	28.602,83	2.977,90	0,00	0,00	1.695.698,95
Equipamento de transporte	368.607,72	0,00	0,00	0,00	0,00	368.607,72
Equipamento administrativo	324.536,39	1.403,56	525,23	0,00	0,00	325.414,72
Outros ativos fixos tangíveis	65.151,34	8.443,70	17,02	0,00	0,00	73.578,02
Ativos fixos tangíveis em curso	77.512,56	49.572,34	0,00	-17.905,65	0,00	109.179,25
<b>Total</b>	<b>7.391.868,35</b>	<b>88.022,43</b>	<b>5.920,15</b>	<b>-17.905,65</b>	<b>0,00</b>	<b>7.456.064,98</b>

Depreciações 2020						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.541.835,90	103.313,87	0,00	0,00	0,00	1.645.149,77
Equipamento Básico	1.498.478,83	48.106,13	0,00	0,00	0,00	1.546.584,96
Equipamento de transporte	337.816,97	15.690,75	0,00	0,00	0,00	353.507,72
Equipamento administrativo	318.897,78	3.201,61	525,23	0,00	0,00	321.574,16
Outros ativos fixos tangíveis	55.309,01	6.390,76	0,00	0,00	0,00	61.699,77
<b>Total</b>	<b>3.752.338,49</b>	<b>176.703,12</b>	<b>525,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.928.516,38</b>

Perdas por Imparidade 2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Ativos Fixos Tangíveis 2021						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	171.697,12	0,00	0,00	0,00	0,00	171.697,12
Edifícios e outras construções	4.711.889,20	0,00	0,00	0,00	0,00	4.711.889,20
Equipamento Básico	1.695.698,95	36.514,03	229,22	0,00	0,00	1.731.983,76
Equipamento de transporte	368.607,72	0,00	0,00	0,00	0,00	368.607,72
Equipamento administrativo	325.414,72	6.593,56	123,30	0,00	0,00	331.884,98
Outros ativos fixos tangíveis	73.578,02	3.518,34	254,02	0,00	0,00	76.842,34
Ativos fixos tangíveis em curso	109.179,25	114.201,38	0,00	-53.441,96	0,00	169.938,67
<b>Total</b>	<b>7.456.064,98</b>	<b>160.827,31</b>	<b>606,54</b>	<b>-53.441,96</b>	<b>0,00</b>	<b>7.562.843,79</b>



Depreciações 2021						
Descrição	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.645.149,77	101.575,49	0,00	0,00	0,00	1.746.725,26
Equipamento Básico	1.546.584,96	38.636,08	0,00	0,00	0,00	1.585.221,04
Equipamento de transporte	353.507,72	7.550,00	0,00	0,00	0,00	361.057,72
Equipamento administrativo	321.574,16	3.911,18	0,00	0,00	0,00	325.485,34
Outros ativos fixos tangíveis	61.699,77	5.182,24	177,12	0,00	0,00	66.704,89
<b>Total</b>	<b>3.928.516,38</b>	<b>156.854,99</b>	<b>177,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.085.194,25</b>

Perdas por Imparidade 2021				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 5.3 Propriedades de Investimento

2020						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de investimento – custo de aquisição	1.522.237,13	19.904,71	0,00	0,00	0,00	1.542.141,84
Propriedades de investimento - depreciações	-679.007,66	-33.964,21	0,00	0,00	0,00	-712.971,87
<b>Total</b>	<b>843.229,47</b>	<b>-16.058,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>829.169,97</b>



2021						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de investimento – custo de aquisição	1.542.141,84	44.645,75	0,00	0,00	0,00	1.586.787,59
Propriedades de investimento - depreciações	-712.971,87	-38.428,79	0,00	0,00	0,00	-751.400,66
<b>Total</b>	<b>829.169,97</b>	<b>-38.428,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>835.386,93</b>

## 6. Ativos Intangíveis

### 6.1 Outros Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis 2020						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	63.631,01	2.717,38	0,00	0,00	0,00	66.348,39
<b>Total</b>	<b>111.180,18</b>	<b>2.717,38</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>113.897,56</b>

Amortizações 2020						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	63.631,01	905,70	0,00	0,00	0,00	64.536,71
<b>Total</b>	<b>111.180,18</b>	<b>905,70</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>112.085,88</b>

Perdas por Imparidade 2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificação energética	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Ativos Intangíveis 2021						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	66.348,39	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,39
<b>Total</b>	<b>113.897,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>113.897,56</b>

Amortizações 2021						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	64.536,71	905,70	0,00	0,00	0,00	65.442,41
<b>Total</b>	<b>112.085,88</b>	<b>905,70</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>112.991,58</b>

Perdas por Imparidade 2021				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificação energética	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 7. Custo de Empréstimos Obtidos

Quer em 2020, quer em 2021, não foi contraído qualquer empréstimo pelo que não existe qualquer saldo nem encargo financeiro.

## 8. Inventários

2020					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	315,60	0,00	-315,60	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	39.655,24	75.397,99	21.769,65	61.074,46	75.748,42
<b>Total</b>	<b>39.970,84</b>	<b>75.397,99</b>	<b>21.454,05</b>	<b>61.074,46</b>	<b>75.748,42</b>

2021					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	61.074,46	69.082,87	-5.117,71	49.029,60	76.010,02
<b>Total</b>	<b>61.074,46</b>	<b>69.082,87</b>	<b>-5.117,71</b>	<b>49.029,60</b>	<b>76.010,02</b>

### 9. Rédito

Descrição	2021	2020
Vendas	63,01	10,16
Prestações de Serviços		
Quotas dos utilizadores	1.410.719,03	1.378.360,95
Quotizações e Joias	5.189,00	4.228,50
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços secundários	390,00	1.517,50
Juros	1.787,07	2.474,60
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.418.148,11</b>	<b>1.386.591,71</b>

### 10. Provisões

A provisão existente foi constituída, no exercício de 2019, na sequência de um processo judicial de recurso da decisão de aplicação de coima, coima esta aplicada pela Autoridade Tributária na sequência de procedimento inspetivo com correções em sede de IVA.

### 11. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
PIDDAC	119.711,45	0,00	5.486,78	114.224,67
2ª fase Lar de Acamados	16.340,70	0,00	778,12	15.562,58
MASES – Adaptação Equip. Sociais	35.886,80	0,00	875,29	35.011,51
PRODER – Ampliação Lar de Idosos	113.376,45	0,00	2.576,74	110.799,71
MaisCentro – energia solar térmico + iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00
MaisCentro – estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Rainha Dª Leonor	211.819,24	0,00	4.506,79	207.312,45
<b>Total</b>	<b>497.134,64</b>	<b>0,00</b>	<b>14.223,72</b>	<b>482.910,92</b>

2021				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
PIDDAC	114.224,67	0,00	5.486,78	108.737,89
2ª fase Lar de Acamados	15.562,58	0,00	778,12	14.784,46
MASES – Adaptação Equip. Sociais	35.011,51	0,00	875,29	34.136,22
PRODER – Ampliação Lar de Idosos	110.799,71	0,00	2.576,74	108.222,97
MaisCentro – energia solar térmico + iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00
MaisCentro – estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Rainha Dª Leonor	207.312,45	0,00	4.506,79	202.805,66
<b>Total</b>	<b>482.910,92</b>	<b>0,00</b>	<b>14.223,72</b>	<b>468.687,20</b>

## 12. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2020 e 2021 não usufruíram de qualquer remuneração. Os órgãos diretivos são os seguintes:

### Mesa Administrativa

Cargo	Nome	NIF
Provedor	José da Cruz Fernandes	<del>                    </del>
Vice-Provedor	António Santos Pais	<del>                    </del>
Tesoureiro	António Henrique Pinho C. Almeida	<del>                    </del>
Secretário	António Fernandes de Almeida Pinto	<del>                    </del>
Vogal	Ana Maria Paiva Oliveira	<del>                    </del>

### Conselho Fiscal

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Eduardo Rodrigues da Silva	<del>                    </del>
Vogal	Joaquim António Tavares Loureiro	<del>                    </del>
Vogal	Maria João Tavares	<del>                    </del>

### Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Rui Jorge Ferreira Barros	<del>                    </del>
Vice-Presidente	Maria João Martins Figueiredo Fernandes	<del>                    </del>
Secretário	Paula Cristina Paiva Pinto	<del>                    </del>

O número médio de empregados internos ao serviço foi de 177, em 2020 e de 179 em 2021, considerando substituições e programas do IEFP e não considerando as baixas prolongadas e licenças sem vencimento (3).



Os gastos incorridos com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	1.724.996,73	1.691.055,72
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as remunerações	380.845,88	377.408,71
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	27.027,09	26.604,71
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	81.606,16	75.814,77
<b>Total</b>	<b>2.214.475,86</b>	<b>2.170.883,91</b>

### 13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Santa Casa da Misericórdia de S. Pedro do Sul ficou obrigada à revisão legal de contas a partir de 1 de janeiro de 2012. Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o ano de 2021 foram de 3.960,00 € acrescidos de IVA à taxa normal, relativos à revisão legal de contas.

### 14. Outras Informações

De modo a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 a Entidade detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

Descrição	2021	2020
Outros investimentos financeiros	19.108,88	14.481,85
Perdas por imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>19.108,88</b>	<b>14.481,85</b>



**14.2 Créditos a receber**

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Cientes e utentes c/c</b>		
Cientes	1.332,00	7.947,00
Utentes – saldo devedor	15.547,12	13.916,31
Utentes – saldo credor	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>16.879,12</b>	<b>21.863,31</b>
<b>Cientes e Utentes títulos a receber</b>		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes	5.721,00	14.651,00
Utentes	20.097,98	22.265,49
<b>Total</b>	<b>25.818,98</b>	<b>36.916,49</b>
<b>Adiantamento de Clientes e Utentes</b>	<b>86.480,03</b>	<b>113.295,40</b>
<b>Cientes com caução</b>	<b>1.325,00</b>	<b>1.250,00</b>

Nos períodos de 2021 e 2020 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2021	2020
Cientes	3.821,39	14.390,00
Utentes	0,00	2.839,46
<b>Total</b>	<b>3.821,39</b>	<b>17.229,46</b>

Nos períodos de 2021 e 2020 foram registadas as seguintes “Reversões de Perdas por Imparidade”:

Descrição	2021	2020
Cientes	8.930,00	0,00
Utentes	3.109,87	0,00
<b>Total</b>	<b>12.039,87</b>	<b>0,00</b>

**14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros**

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, evidenciava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Fundadores/.../Associados/Membros	67,50	10,00
<b>Total</b>	<b>67,50</b>	<b>10,00</b>

**14.4 Outros ativos correntes**

A rubrica "Outros ativos correntes" apresentava, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamento a fornecedores	0,00	77,05
Adiantamentos a fornecedores de investimento	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	25.138,74	19.831,09
Entidades Públicas	48.109,67	25.133,51
Outros Devedores	17,27	1.151,23
<b>Total</b>	<b>73.265,68</b>	<b>46.192,88</b>

**14.5 Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer	16.580,74	17.039,00
Rendimentos a reconhecer	13.130,26	17.972,92

**14.6 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de "Caixa de Depósitos Bancários", demonstrava os seguintes saldos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2021	2020
Caixa	752,87	172,43
Depósitos à ordem	541.639,62	436.989,91
Depósitos a prazo	1.624.490,23	1.623.257,23
<b>Total</b>	<b>2.166.882,72</b>	<b>2.060.419,57</b>

**14.7 Fundos Patrimoniais**

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

2020				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.401.982,51	0,00	116.958,16	5.285.024,35
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	497.134,64	0,00	14.223,72	482.910,92
Doações	171.518,63	0,00	0,00	171.518,63
<b>Total</b>	<b>6.070.635,78</b>	<b>0,00</b>	<b>131.181,88</b>	<b>5.939.453,90</b>

2021				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.285.024,35	128.314,82	0,00	5.413.339,17
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	482.910,92	0,00	14.223,72	468.687,20
Doações	171.518,63	0,00	0,00	171.518,63
<b>Total</b>	<b>5.939.453,90</b>	<b>128.314,82</b>	<b>14.223,72</b>	<b>6.053.545,00</b>

**14.8 Fornecedores**

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da forma seguinte:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	77.891,58	85.865,79
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>77.891,58</b>	<b>85.865,79</b>

**14.9 Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está subdividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
IRC	0,00	0,00
IVA	4.696,65	7.339,14
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.696,65</b>	<b>7.339,14</b>
<b>Passivo</b>		
IRC	0,00	0,00
IVA	591,26	113,12
IRS	7.174,56	6.019,13
Segurança Social	41.625,36	40.621,25
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Fundos de Compensação	433,50	416,57
<b>Total</b>	<b>49.824,68</b>	<b>47.170,07</b>

**14.10 Outros passivos correntes**

A rubrica “outros passivos correntes” desdobra-se da forma seguinte:

Descrição	2021	2020
Pessoal	991,92	927,20
Fornecedores de Investimentos	1.618,91	2.769,39
Clientes e Utentes - cauções	1.325,00	1.250,00
Adiantamentos de clientes	86.480,03	113.295,40
Credores por acréscimos de gastos	338.117,49	322.913,13
Outros credores	9.604,67	11.184,84
Entidades Públicas	1.614,61	130,31
<b>Total</b>	<b>439.752,63</b>	<b>452.470,27</b>

**14.11 Subsídios, doações e legados à exploração**

A entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.002.766,57	1.874.944,97
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	35.107,02	31.408,19
Legados	0,00	84.470,65
<b>Total</b>	<b>2.037.873,59</b>	<b>1.990.823,81</b>

#### 14.11.1 Ativo Contingente

No âmbito de herança de António da Silva registada em 2019, foi concretizado em 2020 a movimentação de um ativo contingente relacionado com aplicações financeiras no montante de 83.187,36€. Prevalece, no âmbito da mesma herança, um outro ativo contingente, ainda em avaliação, proveniente de herança de Maria Branca Silva Santos em que este mecenas é herdeiro.

#### 14.12 Fornecimentos e serviços externos

Os “Fornecimentos e serviços externos” subdividem-se da seguinte forma, relativamente aos anos de 2021 e 2020:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	294.831,65	277.162,42
Serviços especializados	150.762,70	151.142,01
Materiais	22.803,57	17.568,80
Energia e fluidos	203.568,34	173.959,14
Deslocações, estadas e transportes	156,16	193,64
Serviços diversos	334.133,27	322.098,91
<b>Total</b>	<b>1.006.255,69</b>	<b>942.124,92</b>

#### 14.13 Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade totalizaram nos anos de 2021 e 2020 os seguintes montantes:

Descrição	2021	2020
Ativos fixos tangíveis	4.520,10	4.830,68
<b>Total</b>	<b>4.520,10</b>	<b>4.830,68</b>



**14.14 Outros rendimentos**

A rubrica “Outros rendimentos” encontra-se dividida da forma seguinte:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	8.998,34	8.856,07
Descontos de pronto pagamento obtidos	44.142,35	44.104,96
Recuperação de dívidas a receber	229,41	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	98.603,06	102.870,80
Juros de depósitos a prazo	1.787,07	2.474,60
Outros rendimentos e ganhos	28.298,74	57.835,93
<b>Total</b>	<b>182.058,97</b>	<b>216.142,36</b>

**14.15 Outros Gastos**

A rubrica “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	89,54	100,72
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Serviços bancários	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	45.405,09	49.938,68
<b>Total</b>	<b>45.494,63</b>	<b>50.039,40</b>

**14.16 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

**14.17 Eventos Subsequentes**

No seguimento do referido anteriormente no Relatório, reforçamos que, apesar de não influenciando as contas de 2021, mas com potencial impacto nas contas subsequentes, verificamos à presente data condicionalismos decorrentes da atual conjuntura económica derivada da ofensiva/guerra russa na Ucrânia, nomeadamente o aumento consecutivo dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares.

Condicionalismos, atendendo o peso na estrutura da instituição dos combustíveis e dos bens alimentares, sendo espectável, por esta ordem, algumas dificuldades no fornecimento dos mesmos e um agravamento destes gastos.

As demonstrações financeiras, para o exercício de 2021 foram aprovadas pela Mesa Administrativa, em 11 de março de 2022.

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

---

---

# DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900101 - LAR IDOSO:  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA(1)

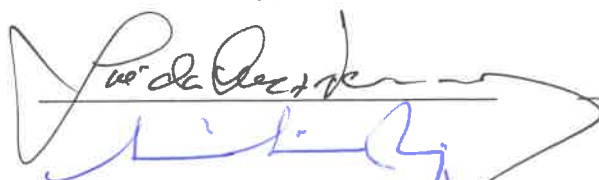
EUR Factor:

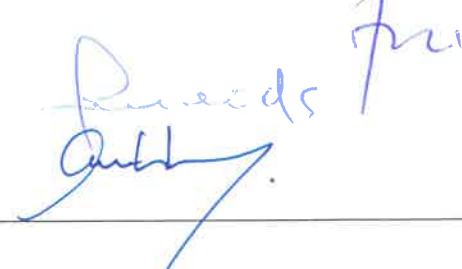
1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		490 899.82	482 286.50
Subsídios ISS		433 020.78	411 192.50
Subsídios de Outras Entidades		20 772.92	20 962.35
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Varição nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-11 077.36	-10 442.74
Fornecimentos e serviços externos		-327 900.71	-313 401.76
Gastos com o pessoal		-496 166.67	-485 489.39
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	-197.65
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		21 334.31	17 274.91
Outros gastos		-3 053.88	0.00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>127 829.21</b>	<b>122 184.72</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-64 127.42	-72 752.44
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>63 701.79</b>	<b>49 432.28</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>63 701.79</b>	<b>49 432.28</b>
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>63 701.79</b>	<b>49 432.28</b>

A Administração

O Contabilista Certificado





Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900102 - LAR ACAMAD

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		638 762.58	626 403.60
Subsídios ISS		892 530.72	829 980.04
Subsídios de Outras Entidades		29 765.45	18 857.40
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-8 273.69	-10 926.20
Fornecimentos e serviços externos		-469 340.02	-440 063.61
Gastos com o pessoal		-933 188.57	-928 328.42
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		1 648.17	-2 003.12
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		8 157.37	10 477.76
Outros gastos		-4 640.36	-695.19
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		155 421.65	103 702.26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-41 285.03	-46 831.53
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		114 136.62	56 870.73
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		114 136.62	56 870.73
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		114 136.62	56 870.73

A Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900103 - SAD

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

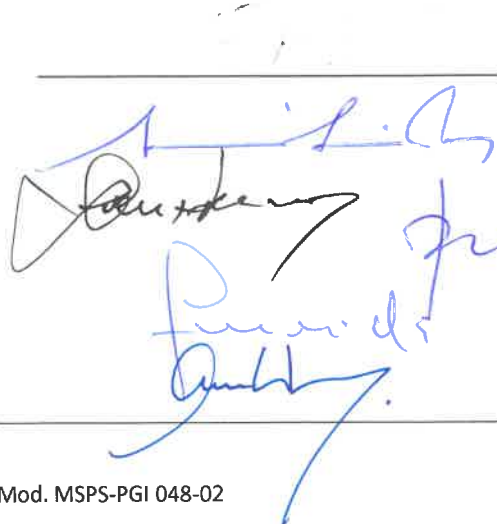
1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		83 185.40	77 041.87
Subsídios ISS		164 555.40	148 662.45
Subsídios de Outras Entidades		1 365.56	1 204.41
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-2 075.20	-1 995.99
Fornecimentos e serviços externos		-82 369.23	-66 521.26
Gastos com o pessoal		-143 649.49	-140 431.10
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-2 163.14	-37.53
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		1 029.18	414.13
Outros gastos		0.00	0.00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>19 878.48</b>	<b>18 336.98</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-2 699.02	-2 443.04
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>17 179.46</b>	<b>15 893.94</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>17 179.46</b>	<b>15 893.94</b>
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
<b>Resultado Líquido do período</b>		<b>17 179.46</b>	<b>15 893.94</b>

A Administração

O Contabilista Certificado







Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900104 - CRECHE

UNIDADE MONETÁRIA(1)

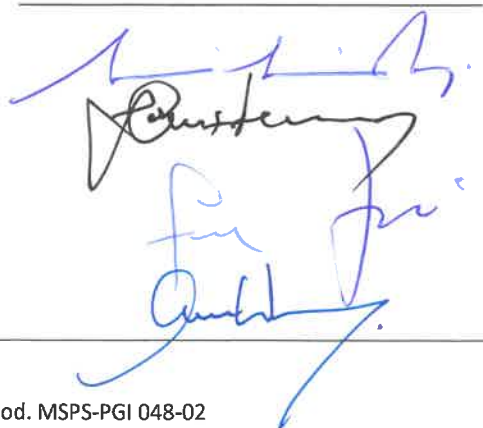
EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		43 630.84	47 989.57
Subsídios ISS		241 172.07	208 690.91
Subsídios de Outras Entidades		19 105.12	29 419.15
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Varição nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-15 015.20	-12 991.22
Fornecimentos e serviços externos		-24 867.63	-20 447.71
Gastos com o pessoal		-272 133.19	-246 515.51
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		661.08	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		10 017.13	3 514.87
Outros gastos		-2 045.66	-4 887.06
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		524.56	4 773.00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-10 285.20	-10 533.18
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-9 760.64	-5 760.18
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-9 760.64	-5 760.18
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-9 760.64	-5 760.18

A Administração

O Contabilista Certificado




Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900105 - JARDIM

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

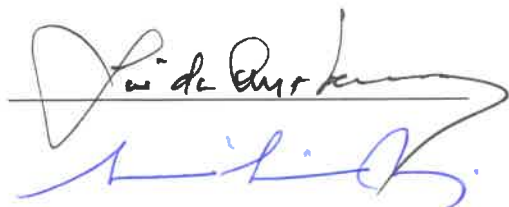
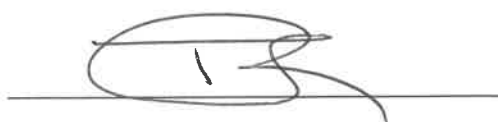
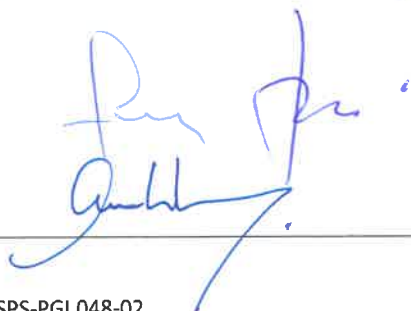
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		57 467.80	56 488.84
Subsídios ISS		146 910.60	128 268.36
Subsídios de Outras Entidades		20 508.80	44 297.35
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Varição nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-19 928.12	-22 243.38
Fornecimentos e serviços externos		-26 609.93	-26 115.08
Gastos com o pessoal		-175 354.62	-183 448.73
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-1 658.25	-266.54
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		5 587.73	5 456.69
Outros gastos		-2 863.92	-8 129.79
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>4 060.09</b>	<b>-5 692.28</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-10 910.21	-11 680.65
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-6 850.12</b>	<b>-17 372.93</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-6 850.12</b>	<b>-17 372.93</b>
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-6 850.12</b>	<b>-17 372.93</b>

A Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900106 - ATL

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR

Factor:

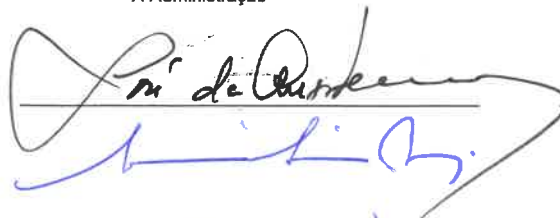
1

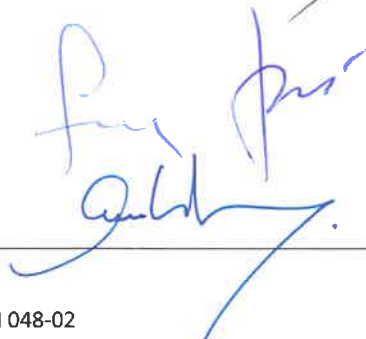
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		49 756.85	40 262.23
Subsídios ISS		25 959.96	25 056.96
Subsídios de Outras Entidades		14 581.82	19 526.92
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-18 808.32	-16 137.25
Fornecimentos e serviços externos		-13 717.29	-11 300.60
Gastos com o pessoal		-110 749.33	-115 432.88
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		800.62	-334.62
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		2 656.20	2 075.02
Outros gastos		-3 303.05	-6 779.63
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-52 822.54	-63 063.85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-6 817.83	-7 068.17
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-59 640.37	-70 132.02
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-59 640.37	-70 132.02
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-59 640.37	-70 132.02

A Administração

O Contabilista Certificado





Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900107 - Cantina Soci

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		36.00	36.00
Subsídios ISS		8 147.89	7 065.87
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-283.11	-308.37
Fornecimentos e serviços externos		-10 368.53	-10 252.94
Gastos com o pessoal		-2 076.60	-2 166.01
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	0.00
Outros gastos		0.00	-140.48
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-4 544.35</b>	<b>-5 765.93</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-4 544.35</b>	<b>-5 765.93</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-4 544.35</b>	<b>-5 765.93</b>
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
<b>Resultado Líquido do período</b>		<b>-4 544.35</b>	<b>-5 765.93</b>

A Administração

O Contabilista Certificado

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900108 - Centro Dia

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

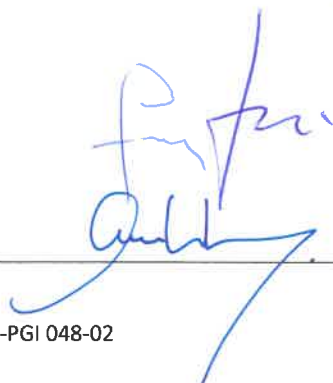
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		47 042.75	49 355.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		2 593.12	3 232.01
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Varição nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-537.03	-693.22
Fornecimentos e serviços externos		-22 981.33	-24 571.59
Gastos com o pessoal		-60 199.96	-54 685.63
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		38.25	417.03
Outros gastos		-187.75	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-34 231.95	-26 946.40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-18 983.47	-20 852.65
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-53 215.42	-47 799.05
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-53 215.42	-47 799.05
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-53 215.42	-47 799.05

A Administração

O Contabilista Certificado









Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900201 - Administração

UNIDADE MONETÁRIA(1)

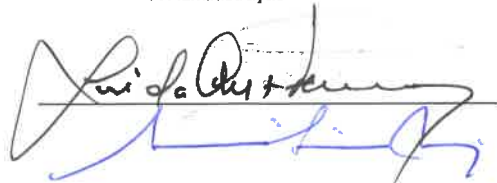
EUR Factor:

1

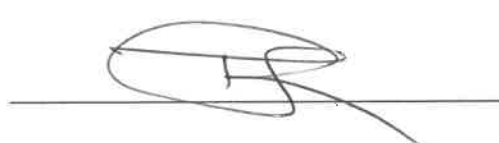
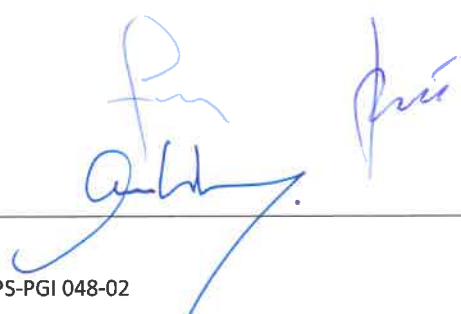
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		5 579.00	4 253.50
Subsídios ISS		1 291.00	1 897.22
Subsídios de Outras Entidades		15 592.38	92 509.91
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-11.99	-10.05
Fornecimentos e serviços externos		-12 984.37	-9 762.74
Gastos com o pessoal		-6 990.24	-1 125.59
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		34 635.74	61 351.15
Outros gastos		-29 400.01	-29 407.25
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>8 711.51</b>	<b>119 706.15</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-950.73	-3 990.37
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>7 760.78</b>	<b>115 715.78</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>7 760.78</b>	<b>115 715.78</b>
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>7 760.78</b>	<b>115 715.78</b>

A Administração



O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900202 - Carpintaria


UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

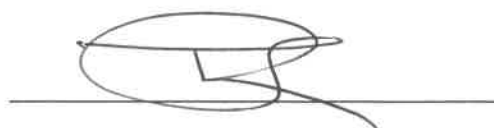
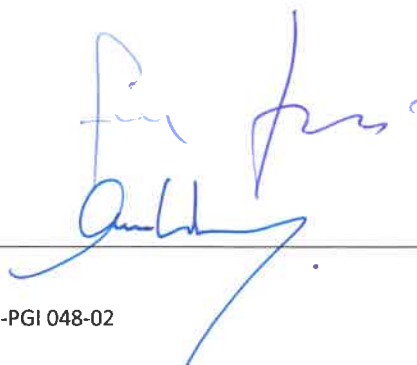
PERÍODO FINCO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		4 520.10	4 830.68
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-57.50	-234.93
Gastos com o pessoal		-4 422.60	-4 477.34
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	0.00
Outros gastos		0.00	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		40.00	118.41
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-40.00	-118.41
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0.00	0.00
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		0.00	0.00
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado Líquido do período		0.00	0.00

A Administração






O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

C.  
  
  


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900203 - Culto\Cultura

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

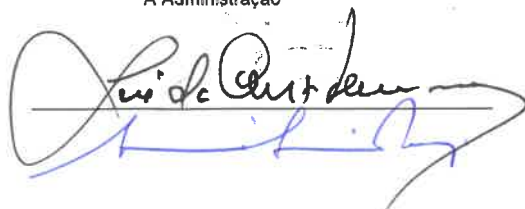
1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

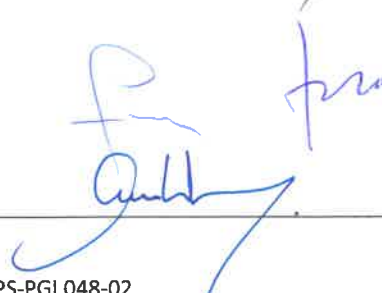
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-172.09	-282.02
Gastos com o pessoal		0.00	0.00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	0.00
Outros gastos		0.00	0.00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-172.09</b>	<b>-282.02</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-172.09</b>	<b>-282.02</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-172.09</b>	<b>-282.02</b>
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-172.09</b>	<b>-282.02</b>

A Administração

O Contabilista Certificado







Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900205 - Predios

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

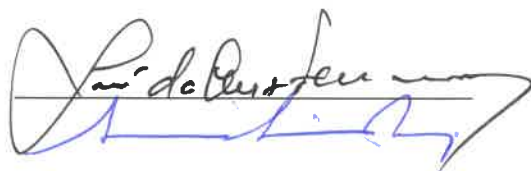
1

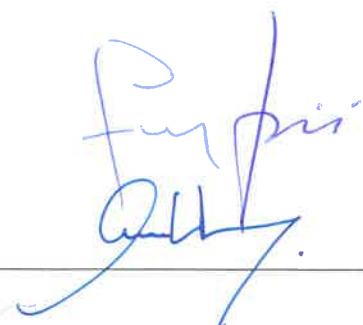
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-14 887.06	-19 170.68
Gastos com o pessoal		-10 544.59	-8 783.31
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		8 930.00	-14 390.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		98 603.06	115 160.80
Outros gastos		0.00	0.00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>82 010.41</b>	<b>72 816.81</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-40 090.57	-35 302.59
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>42 010.84</b>	<b>37 514.22</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>42 010.84</b>	<b>37 514.22</b>
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>42 010.84</b>	<b>37 514.22</b>

A Administração

O Contabilista Certificado



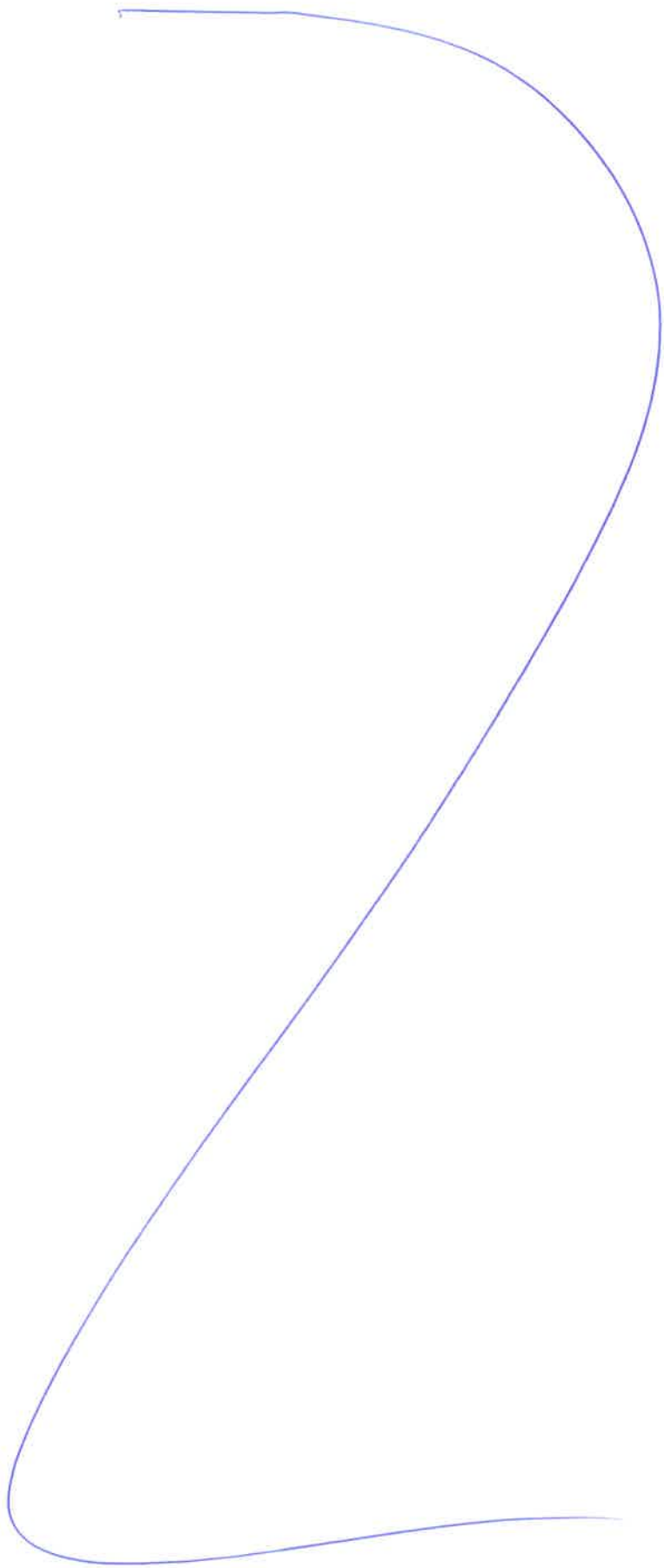


# Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal

*[Handwritten signatures in blue ink]*



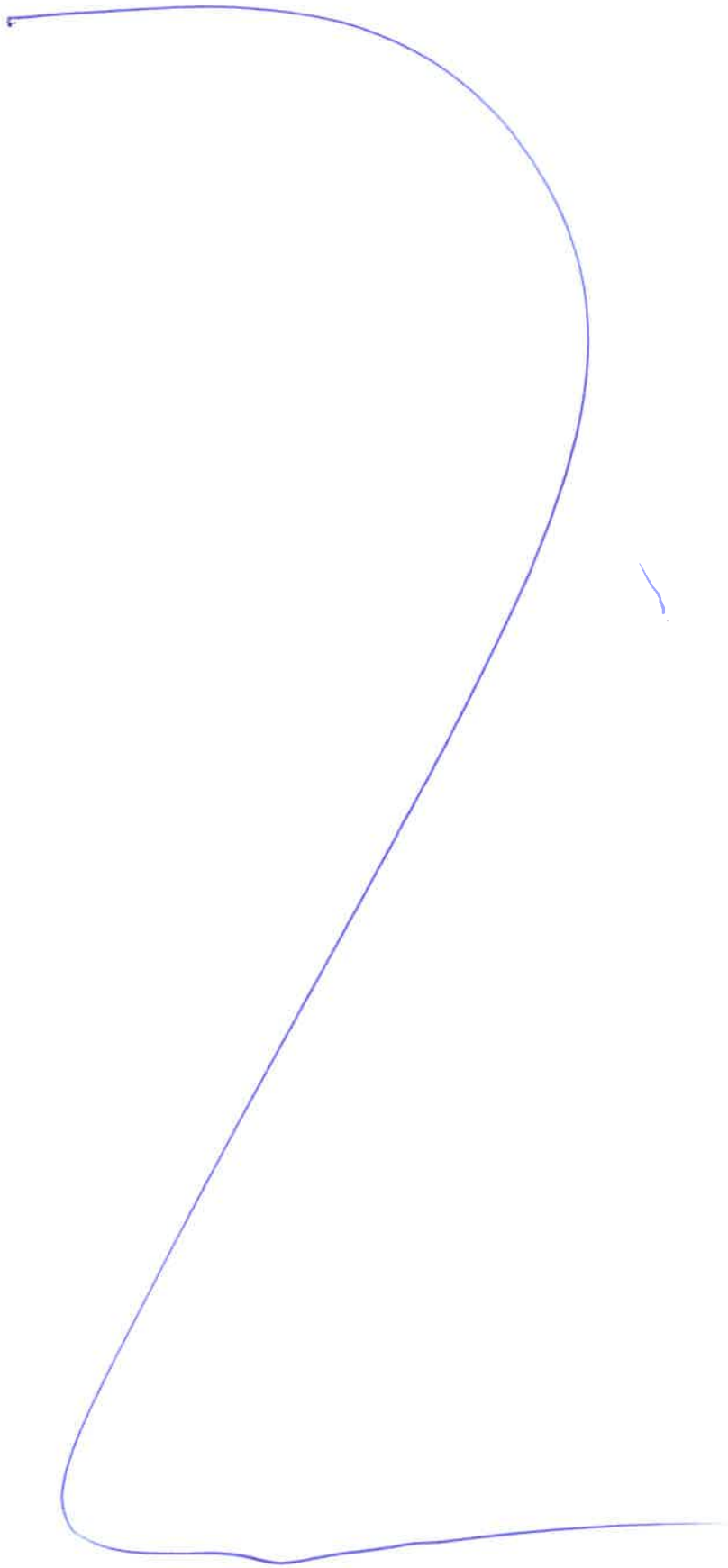




# Anexo 3 – Ata da Assembleia Geral

*[Handwritten signatures in blue and black ink, arranged vertically on the right side of the page.]*







## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S.ANTÓNIO DE S.PEDRO DO SUL**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 6.758.748 euros e um total dos fundos patrimoniais de 6.164.152 euros, incluindo um resultado líquido de 110.607 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S.ANTÓNIO DE S.PEDRO DO SUL** em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



## Ênfase

1. A nota 7 do Relatório de Gestão e a nota 14.17 do Anexo divulgam informação qualitativa quanto aos efeitos potenciais na atividade da entidade decorrentes da Guerra na Ucrânia. Conforme admitido pelo órgão de gestão esta situação não põe em causa a continuidade da sua atividade, sem prejuízo das iniciativas que possam mitigar o seu impacto.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

## Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente





esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Guarda, 14 de Março de 2022

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,  
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
representada por:



Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780,  
registado na CMVM com o n.º 20160413